

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAIBA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**Relatório de Gestão do exercício de 2010
apresentado aos órgãos de controle interno e
externo como prestação de contas anual a que
esta Unidade está obrigada nos termos do art.
70 da Constituição Federal, elaborado de
acordo com as disposições da IN TCU nº
63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria
TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de
controle interno.**

João Pessoa-PB/2011

SUMARIO

Em conformidade com o disposto no Anexo II, da Decisão Normativa -TCU nº 107 de outubro de 2010, o Relatório de Gestão desta Unidade Jurisdicionada está composto de três partes:....6

Parte A- Conteúdo Geral, itens de 01 a 14.....6

Parte B, Informações Contábeis da Gestão, itens 15.....6

Parte C- Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas, itens 16 e 17.6

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual.....7

2 Objetivos e metas institucionais.....8

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....8

2.1.1 Competências8

2.1.2 Objetivos estratégicos8

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....13

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária..... 13

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....13

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento..... 14

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa..... 14

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....16

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais..... 16

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....28

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....49

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....64

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....67

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola.....73

Programa 1350 – Educação no Campo.....79

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....86

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....95

2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres.....99

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....104

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa..... 104

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa 107

2.4.3. Indicadores Institucionais..... 111

3. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

3.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	121
3.2 Análise Crítica	122
4. Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	123
4.1 Composição do quadro de servidores ativos.....	123
4.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010...	123
4.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.....	124
4.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	125
5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	126
5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010....	126
5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010	127
5.3 Composição do quadro de estagiários.....	128
5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	129
5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	129
5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	130
5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	130
5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	131
5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	132
5. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	133
5.1 Transferências efetuadas no exercício.....	134
5.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	134
5.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	135
5.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	136
6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	140
7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	142

8. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	143
8.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	143
9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	145
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	145
10. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	148
10.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	148
11. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	151
11.1 Gestão de TI da UJ.....	151
12. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	152
13.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	154
15. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	157
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	158
16. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	159
17 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	160

Superintendência Regional no Estado da Paraíba

Superintendente Regional: Marcos Faro Eloy Dunda

Procuradoria Federal Especializada

Procurador Chefe: Valdemir de Sousa Segundo

Divisão de Administração

Chefe da Divisão: Jorge Luiz de Sousa Lima

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Chefe da Divisão: Lucia Maria Sousa da Silva

Divisão de Obtenção de Terras

Chefe da Divisão: Edvaldo Pereira da Silva

Divisão de Desenvolvimento

Chefe da Divisão: Fernando José Camara Caldas Lins

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

Em conformidade com o disposto no Anexo II, da Decisão Normativa -TCU nº 107 de outubro de 2010, o Relatório de Gestão desta Unidade Jurisdicionada está composto de três partes:

Parte A- Conteúdo Geral, itens de 01 a 14.

Com relação aos itens 2.4.1.2, 2.4.1.3 , 2.4.1.4 e 14, constantes no Anexo II da DN-TCU-107, não se aplicam a natureza jurídica da UJ;

Com relação ao item 3; 5.6; 11.1.2 , 15.2,15.3,15.4; e 16, não houve ocorrências caracterizadas nessa situação no exercício de 2010;

Parte B, Informações Contábeis da Gestão, itens 15.

Com relação ao item 19, constantes no Anexo II da DN-TCU-107, não se aplica a natureza jurídica da UJ

Parte C- Conteúdo Específico por Unidades Jurisdicionadas, itens 16 e 17.

1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra na Paraíba			
Denominação abreviada: SR(18)PB			
Código SIORG: 4140	Código LOA:		Código SIAFI: 373047
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	PABX	FAX	GABINETE
(083) 30499204	(083) 3049-9200	(083) 3049-9264	(083) 3049-9215
Endereço eletrônico: incrapb@jpa.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Desportista Aurélio Rocha, 592, Bairro dos Estados, CEP 58031000, João Pessoa, Paraíba.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto-Lei n.º 1.110, DOU de 10/07/1970, extinto através de Decreto-Lei 2363, DOU de 21/10/1987, restabelecido através de Decreto-Legislativo 02, de 29/03/1989. Estrutura Organizacional aprovada pelo Decreto n.º 5.735, publicado no DOU de 28 de março de 2006, com nova redação dada pelo Decreto nº 5.928, publicado no DOU de 14 de outubro de 2006, revogados pelo Decreto 6.812, de 03 de abril de 2010			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno aprovado através da Portaria MDA/nº 20, de 20 de abril de 2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a UJ	Texto		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica a UJ	Texto		

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se aplica a UJ	

2 Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

2.1.1 Competências

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia responsável pela execução da Política de Reforma Agrária e Gerenciamento da Estrutura Fundiária do País, é partícipe essencial no desenvolvimento econômico, inclusão social e geração de emprego e renda no meio rural.

As Superintendências Regionais, órgãos descentralizados, são executoras dos principais programas e ações indutores destes objetivos, cabendo-lhes coordenar e executar as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas a planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do INCRA.

2.1.2 Objetivos estratégicos

A discussão do Plano de Ação para 2010 teve início em outubro de 2009 através da elaboração, por parte das Superintendências Regionais, da proposta de capacidade operacional para o exercício, destacando principais entraves/dificuldades e potencialidades/capacidades identificados na execução e operacionalização das ações, ressaltando que as Superintendências Regionais deveriam dar continuidade as providências e ajustes, no que lhes cabiam, para atender o disposto nos Acórdãos 2633/2007 e 1684/2008, no sentido de regularizar o passivo de licenciamento ambiental dos PA's criados até 2007, bem como impedir a criação de novos assentamentos em desconformidade com a legislação ambiental, sendo a Licença Prévia-LP um pré-requisito para a criação de projeto de assentamento e a Licença de Instalação e Operação-LIO, o pré-requisito para a sua instalação e operação, de conformidade com o disposto na Resolução CONAMA 387/2006.

Àquela época, ocorreram paralisações na aplicação dos créditos, obras e serviços assegurados em exercícios anteriores, avolumando os passivos de contratações e de aplicações efetivas, bem como recursos inscritos em Restos a pagar a serem exectados nos exercícios vindouros.

Este e outros fatores da conjuntura agrária obrigaram a Autarquia a rediscutir e atualizar o seu Plano Estratégico, com foco em três características: ser qualitativamente substantiva, politicamente sustentável e operacionalmente viável, destacando os principais Valores Públicos efetivamente gerados pelo INCRA:

- Democratização do acesso à terra.
- Qualidade de vida nos assentamentos da reforma agrária e inserção produtiva.
- Cumprimento da função social da propriedade rural e dos assentamentos da Reforma Agrária.
- Reconhecimento da Propriedade Rural, por meio das funções de cadastramento e certificação de imóveis rurais.

O documento denominado Ajuste Estratégico reafirma os rumos desenhados em meados de 2003 e reorienta outras ações para o biênio 2009/2010, com cinco diretrizes a seguir:

1 O INCRA implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país,

... contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia.

2 O INCRA implementará a Reforma Agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

... contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

3 O INCRA implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais,

... contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

4 O INCRA implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infra-estrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes,

... contribuindo para a capacitação dos(as) assentados(as), o fomento da produção agro-ecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

5 O INCRA implementará a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais,

... contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Além das diretrizes estratégicas do INCRA, desde o PPA 2008-2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, juntamente com outros 18 Ministérios, vem executando suas ações no contexto do Programa Território da Cidadania, cujo objetivo geral é a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, tendo como objetivos específicos a inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, o planejamento e integração de políticas públicas, ampliação da participação social e a busca da universalização de programas básicos de cidadania.

A partir dos critérios técnicos: menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH); maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número com baixo dinamismo econômico; e maior organização social, foram selecionados 120 territórios em todo o país.

No Estado da Paraíba são 06 Territórios da Cidadania, num total de 104 municípios, com população de 2.426.838. Destes, 421.456 correspondem à população rural, sendo 71.339 (17%) referentes à agricultura familiar, dos quais 9.422 (13,20%) famílias oriundas de projetos de assentamento da reforma agrária. Estas famílias estão distribuídas em 170 projetos de assentamento (62,74%) do total de 271 no estado da Paraíba. São 12 comunidades quilombolas e três indígenas.

Do total de recursos aplicados em 2010, R\$ 11.664.759,36 milhões foram destinados aos Territórios de Cidadania. Este volume representa aproximadamente 42% do total de recursos executados pela Superintendência em 2010.

A meta de assentamento de famílias para Superintendência Regional em 2010 foi fixada em 548, dos quais executados 87,04%, através da criação de 10 projetos de assentamento (sendo 1 objeto de desmembramento) para 477 novas famílias, conforme demonstrativo de evolução dos últimos exercício.

Tabela- Assentamento de famílias 2004-2010

SÍNTESE ASSENTAMENTO FAMÍLIAS					
ANO	Área registro desapropriada	Fam assentadas em PA's criados no exercício	Vagas/substituições	Famílias reconhecidas do Estado	TOTAL
2004	12.646,7500	389	624	735	1748
2005	11.215,8611	575	534	266	1375
2006	2.936,2984	99	440	160	699
2007	11.109,1834	321	234	2	557
2008	16.817,7393	311	241	7	559
2009	6.111,0081	206	188	0	394
2010	10.406,8678	167	310	0	477
TOTAL	71243,7081	2068	2571	1170	5809

Fonte: SIPRA

Das 13.799 famílias assentadas até 2010, 5809 ou 42,09%, ocorreram no período de 2004-2010. Destas, 2.068 ou 14,98% referem-se às famílias assentadas em projetos de assentamento criados nesse período. As demais, ou seja, 27,11% ocorreram através de vagas preenchidas/retomadas/substituições/reconhecimento, o que demonstra que tem havido qualificação dos projetos de assentamento através do incremento e priorização das atividades de supervisão ocupacional/retomadas das parcelas, em detrimento da obtenção onerosa.

O desempenho das principais que serão apresentadas e descritas no corpo do Relatório, sinaliza positivamente para o atingimento dos objetivos institucionais, conforme pode-se verificar no demonstrativo abaixo..

Síntese de execução 2010				
Principais ações	Un	Meta 2010	Executado	% realizado
Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	hectare	33417	17330	51,86
Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária	hectare	9063	16273	179,55
Cadastro, Seleção e Homologação de famílias beneficiárias do PNRA	famílias	548	477	87,04
Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária	licença	16	49	306,25
Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	famílias	477	1017	213 e.e
Concessão de Créditos às Famílias Assentadas	famílias	416	1776	426,92
Titulação, Concessão e Destinação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento	famílias	317	196	61,83
Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	famílias	2930	9096	310,44
Financiamento para a Agricultura Familiar PRONAF	contrato	0	171	***
Capacitação e Formação Profissional de Nível médio e Superior para a Reforma Agrária	profissional	117	113	96,58
Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	imóvel	12644	6369	50,37
Capacitação de servidores públicos federais em processos de qualificação e requalificação	servidor capacitado	71	33	46,48
Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias acampadas	famílias	642	7336	1.142,68
Documentação da Trabalhadora rural	documento	0	51495	***

Por fim, ressalte-se que durante o exercício de 2010, em meados de março, ocorreu a mudança do Gestor máximo da Superintendência do INCRA/PB, por conseguinte todo um ajuste e redefinições da operacionalização das ações. A partir da aprovação da primeira versão do caderno de metas, ocorridos em junho/2010, foram intensificados os esforços de forma a garantir o cumprimento das obrigações nele contidas, ressaltando-se ainda que a composição da força de trabalho da Unidade foi reduzida em virtude da aposentadoria de 13 servidores, alguns deles diretamente ligados a setores estratégicos.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Após os ajustes estratégicos determinados pela Direção central e conforme respectivas obrigações regimentais as Divisões executaram as ações com foco especial para:

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

1. Supervisão e acompanhamento do Convênio com o Governo do Estado para ações Georreferenciamento e Regularização Fundiária dos imóveis rurais localizados em áreas de Transposição de águas do rio São Francisco;
2. Intensificação das ações de Cadastro e Certificação de imóveis rurais;
3. Intensificação do controle das aquisições de terras por estrangeiros residentes no país, através da fiscalização e acompanhamento dos projetos de exploração com vistas a regular as autorizações;
4. Restabelecimento da capacitação da rede de atendimento das Unidades Municipais de Cadastramento, diminuindo a sobrecarga na Superintendência;
5. Fortalecimento das atividades de identificação, delimitação e regularização dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos;
6. Capacitação continuada dos servidores para cumprimento das atividades de regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombos.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

1. Articulação com a Procuradoria e o Poder Judiciário no sentido de se manter bloqueado, por ocasião do ajuizamento da ação, o montante destinado à indenização de benfeitorias equivalente à recomposição de danos ambientais constatados;
2. Ampliação das parcerias visando a obtenção de imóveis rurais preferencialmente de forma não onerosa;
3. Planejamento e execução das ações relativas à implantação do Projeto de Assentamento com a efetiva participação da comunidade assentada;

4. Priorização das ações para execução das atividades previstas na NE 70/08, que trata sobre identificação e correção das inconsistências referentes aos critérios e elegibilidade na seleção de beneficiários da Reforma Agrária.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

1. Manutenção das articulações interinstitucionais com vistas a melhoria das ações executadas no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial;
2. Incremento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental e de Capacitação de assentados frente a nova Lei de ATER;
3. Realização da Pesquisa de Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária;
4. Promoção da retomada de parcelas ocupadas irregularmente nos Projetos de Assentamentos, de forma transparente e sob controle social;
5. Viabilização para acesso dos beneficiários da reforma agrária no programa de Aquisição de Alimentos-PAA, no âmbito do MDA, voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento;
6. Identificação e averbação, junto aos respectivos cartórios de registro de imóveis, as áreas de reserva legal dos projetos de assentamento a serem qualificados/recuperados;
7. Viabilização para o acesso a linha de crédito rural Pronaf A e AC, para 171 famílias via emissão de declaração de Aptidão;
8. Contribuição para a inclusão social através da escolarização e formação técnico-profissional de nível médio e superior em diversos Projetos de Assentamento;
9. Potencialização da concessão de créditos de instalação e produtivos às famílias beneficiárias do Programa Nacional de reforma Agrária.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

1. Racionalização dos procedimentos das atividades administrativas;
2. Identificação das necessidades referentes à aquisição de mobiliários em geral, para suporte administrativo aos setores da Superintendência;
3. Implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens – SCPD no âmbito da Unidade como determinação da Diretoria Administrativa/Sede em cumprimento a exigência

do MPOG;

4. Implantação do sistema de controle de deslocamentos de viaturas por GPS.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	fam	548	477	87,04	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
60.788,00	44.267,39	39.645,79	89,55	39.645,79	89,55	39.645,79	89,55

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da NE/INCRA/45, de 25 de agosto de 2005, publicado no DOU 166, de 29 de agosto de 2005.

Para o exercício de 2010 a meta estipulada foi de 548 famílias, sendo 157 de obtenção onerosa, 250 de retomada de lotes e 141 de áreas públicas. O universo de famílias acampadas em 2010 no Estado

da Paraíba foi de cerca de 3.700 famílias, distribuídas em 111 acampamentos. Deste total, a meta executada de 477 famílias corresponde algo em torno de 13% famílias atendidas como novos beneficiários da Reforma Agrária, sendo 167 famílias em projetos criados durante o exercício de 2010 e 310 resultantes de substituições em lotes retomados ou de vagas disponíveis em projetos criados em exercícios anteriores.

A operacionalização desta ação é condicionada aos resultados obtidos das Ações de Obtenção de Terras (após o INCRA ser imitido na posse do bem expropriado e criado o Projeto de Assentamento, efetivamente é realizado o Cadastro e a Seleção) e das atividades que envolvem retomadas de parcelas (ocupações irregulares/desistência/abandono). Ressalta-se ainda que a meta acima refere-se somente as famílias efetivamente homologadas no sistema, o que não significa que o cadastramento e seleção efetuadas em campo não tenham sido em numero maior, já que a demanda por assentamento é maior que a capacidade existente. Para a efetividade desta meta buscou-se implementar a participação da comunidade a ser beneficiada, através de encontros e reuniões de trabalho na perspectiva de uma maior transparência da ação.

Desta forma, o resultado alcançado de 87,04% da meta prevista é considerado positivo, haja vista a ação ter sido parcialmente prejudicada em função da não imissão de posse de alguns imóveis, objeto da meta da **ação 4460 do Programa 0135 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária**, o que leva a acreditar na melhora do grau de eficiência para o exercício de 2011, considerando o nível avançado em que se acham alguns processos de obtenção, com ajuizamento de ação já executado e aguardando apenas a determinação judicial para imissão na posse.

Ressalta-se que em 2010, através desta ação foi possível a continuidade e o cumprimento dos trabalhos determinados pela Norma de Execução/INCRA/nº70/2008, que dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para a identificação e a correção das inconsistências encontradas, no que se refere aos critérios e elegibilidade na seleção de beneficiários da Reforma Agrária, que resultou na notificação de 23 assentados com algum tipo de irregularidade cadastral no SIPRA.

Também em 2010, por determinação da Presidência do Incra, foi efetuado o cadastramento de algo em torno de 1000 famílias atingidas pela construção da Barragem de Acauã, nos Municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, uma antiga reivindicação daquelas populações atingidas.

Como se depreende da execução orçamentário-financeira estabelecida na tabela denominada “Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ”, a ação não sofreu impactos significativos com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 7144/2010

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	HA	33.417,00	31.301,00*	93,66	12.766,48

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
217.213,00	315,570,27	290,484,57	92,05	286.657,97	90,83	285.930,56	90,60

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios e determinações da Lei 8629/93 e a Medida provisória 2183/2006 e suas alterações, bem como com os critérios definidos pela NE/Incra/DT/52/2006 que aprova o Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial.

Trata-se de uma das ações mais demandadas pelos movimentos sociais, haja vista ser ela o ponto inicial que culminará, em tese, com a aquisição do imóvel, criação do projeto de assentamento, a seleção e homologação das famílias, atendendo assim, ao elevado número de

acampamentos de trabalhadores rurais sem terra existentes e distribuídos pelos vários municípios do Estado da Paraíba.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

ATIVIDADES	UNID	PASSIVO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2010		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Vistoria preliminar	ha	8.912,00	5.374,00	9.842,00	2.592,00	18.754,00	7.966,00
	Imóvel	10	4	8	3	18	7
Vistoria Avaliação	ha	5.059,00	504,00	7.488,00	4.297,00	12.547,00	4.801,00
	Imóvel	4	1	11,00	6	15	7
Vistoria e Avaliação conjunta	ha	0	0	0,00	0	0	0
	imovel	0	0	0,00	0	0	0
		13.971,00	5.878,00	17.330,00	6.889,00	31.301,00	12.767,00
Imissão Posse	ha	0	0	11681,00	0	11681,00	0
	Imóvel	0	0	12,00	0	12,00	0
Perícias Judiciais	ha	0	0	4.661,00	0	4.661,00	0
	Imóvel	0	0	5,00	0	5	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta executada de 31.301,00ha constante da Tabela denominada “**Detalhamento da Meta Física**”, “**Total**” **concluídas**, resultou da soma das atividades de Vistoria preliminar e de Avaliação, iniciadas em exercícios anteriores e concluídas em 2010 e as iniciadas e concluídas em 2010. Isso ocorre em função de que os estágios das atividades (conclusão de vistorias/avaliações) podem avançar (e onerar) o exercício seguinte ao início das atividades de campo, bem como o conceito de meta executada não se encerra somente nas atividades de campo (vistorias/avaliações) e sim quando da entrega do relatório final da comissão. Como pode se verificar na mesma Tabela, coluna “em execução”, para o exercício de 2010 já existe esta situação.

De acordo com os Laudos Agrônômicos de Fiscalização as vistorias preliminares podem resultar em imóveis não passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, pelos aspectos da produtividade; inviabilidade (solos, custo e dimensão) ou algum óbice judicial. Os que não se enquadram nessas condições são encaminhados para Decreto e só após, para vistorias de avaliação. Simultaneamente são elaborados os RVA - Relatórios de Viabilidade Ambiental para efeito de requerimento do Licenciamento Ambiental-LP.

Vale salientar que quando se tratar de aquisição de imóveis por outras formas de obtenção, como as que se efetivam através do Decreto 433/92 e suas alterações ou através da Lei 4.132/62, as vistorias preliminares e de avaliação ocorrem de forma conjunta.

Tendo em vista a característica da ação ser basicamente executada em campo, variando de acordo com a localização, acesso e dimensão dos imóveis vistoriados, a necessidade de recursos

apresentou-se de forma bastante significativa , já que envolve as atividades que vão desde pesquisas em cartórios, até a imissão de posse, passando por notificação de proprietários, vistorias preliminares, identificação de passivo ambiental, vistorias de avaliações e acompanhamento de perícias judiciais.

Ressalte-se que é orientação da Diretoria de que a planilha de preços referenciais de imóveis rurais e benfeitorias seja atualizada semestralmente no sentido de que possa refletir a realidade do mercado de terras do Estado da Paraíba. Em 2010, como em outros exercícios, tendo em vista a extemporaneidade dos recursos, só foram atualizadas as áreas de 14 (quatorze) microrregiões onde a demanda por terras se apresentou mais fortemente, inclusive, com processos em andamento para obtenção de imóveis rurais.

Um fato que merece destaque desta ação em 2010 foi a participação, em algumas vistorias preliminares, de Agentes da Polícia Federal, o que também contribuiu para onerar a ação em destaque.

Diante dos fatos e das situações acima descritas considerou-se fundamental a conclusão de processos oriundos de exercícios anteriores, que contribui de forma decisiva para o atingimento de 91% da meta estipulada, observando especialmente que os resultados das atividade de avaliação, 15 imóveis, 12.547, há, incrementaram de forma decisiva as metas executadas na ação da Ação de Obtenção de imóveis.

Principais problemas

1. Dificuldade em obtenção de informações cartorárias e de órgãos congêneres;
2. Consecução da notificação aos proprietários rurais, em atendimento à legislação pertinente, acarretando muitas vezes, desperdício de tempo e recursos;
3. Atraso na liberação de recursos, considerando que a ação é parte responsável pelos contratos de locação de automóveis, taxas, publicação de editais e serviços judiciários.
4. Descentralização de recursos de forma parcelada e extemporânea prejudicando a programação feita para o período. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença Protoc	16	47	293,75	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
69.882,35	69.711,53	64.613,61	92,25	58.237,43	83,54	58.237,43	83,54

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende determinações e critérios da Lei 6.938/81; Resolução CONAMA nº 387/2006; Normas de Execução/INCRA/SD/nº 43/2005 e nº 44/28-06-2005; Norma de Execução/INCRA/DD/nº 71/20; *Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária*; *Manual Operacional de ATEs*; TCU - Acórdão nº 2.633/2007 (publicação em DOU 11/12/2007); TCU - Acórdão nº 1.684/2008 (publicação em DOU 18/08/2008). A ação busca regularizar a situação ambiental, em virtude desta Lei e do que dispõe a Resolução, além do que, visa atender o que dispõe o TCU por meio de Acórdão nº 2.633/2007 que determina ao INCRA o cumprimento de

metas anuais de licenciamento ambiental no sentido de sanar gradativamente o seu passivo ambiental.

Observa-se que a ação de licenciamento ambiental desdobra-se em três vertentes que são: licenciamento prévio (imóveis em processo de obtenção); licenciamento de operação (projetos de assentamento) e regularização das áreas de reserva legal. Ressalta-se que a ação não faz distinção entre LP e LIO o que é um aspecto a ser aperfeiçoado, isto é, fazer a distinção entre meta de LP e meta de LIO, em função das especificidades de cada.

Em 2010, visando a sustentabilidade ambiental que integra a estratégia principal na implantação e consolidação dos projetos de assentamento e no intuito de obedecer às determinações do TCU, a Superintendência Regional no Estado da Paraíba deu continuidade, a implementação do seu *Plano de Regularização Ambiental dos Assentamentos* para o período de 2009 a 2011, tendo como metas, entre outras, o requerimento de 34 (trinta e quatro) Licenças o ano de 2009; 31 (trinta e uma) para 2010 e 31 (trinta e uma) para 2011.

Para facilitar as ações relacionadas com o licenciamento ambiental existe em vigência 2 (dois) Termos de Cooperação Técnica, sem transferência de recursos, com os órgãos de controle ambiental:

1. Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/SUDEMA, com vigência de 13/04/2007 a 13/04/2011;
2. Termo de Cooperação Técnica entre o INCRA-PB/IBAMA-PB, com vigência de 21/05/2007 a 21/05/2011.

Principais resultados

1. Foram protocoladas 41 (quarenta e uma) Licenças Prévias (LP), das quais 29 (vinte e nove) para renovação e 12 (doze) para novas Licenças. Das 41 licenças protocoladas, 08 (oito) refere-se a imóveis dentro do Território do Médio Sertão, 05 (cinco) no Território da Zona da Mata Sul, 01

(uma) no Território da Zona da Mata Norte, 08 (oito) no Território da Borborema, 02 (duas) no Território do Curimataú, 01 (uma) no Território do Cariri Ocidental e 17 (dezesete) na Jurisdição da SR. Foram efetivamente expedidas pelo órgão ambiental 20 licenças não necessariamente protocoladas no exercício de 2010.

2. Foram protocoladas 06 (seis) renovação de Licenças de Instalação e Operação (LIO). Sendo 01 (uma) dentro do Território do Cariri Ocidental, 01 (uma) no Território do Médio Sertão, 01 (uma) no Território da Zona da Mata Sul, 01 (uma) no Território da Zona da Mata Norte e 02 (duas) na Jurisdição. Nenhuma licença expedida pelo órgão ambiental.
3. Outras licenças foram ainda protocoladas, Licença de Instalação (LI) para construção e reforma de casas e perfuração de poços e Licença de Operação (LO) para sistema de abastecimento de água, construção de cisternas, recuperação de açude e perfuração de poços.
4. Foram solicitadas 12 (doze) requerimento de Atividade Florestal (RAF) para averbação de Reserva legal junto ao Órgão Ambiental Estadual e solicitada e expedida 05 (Cinco) Termo de Averbação de Reserva legal junto ao IBAMA.

Diante do exposto verifica-se que com relação ao cumprimento das metas físicas e financeiras apresentado na tabela acima, a meta foi alcançada e superada com 318,75% das ações realizadas.

Principais Dificuldades:

Apesar do cumprimento das metas e da existência de um Termo de Cooperação Técnica com o Órgão Ambiental Estadual, que de certa forma tem agilizado a vistoria para as Licenças, algumas dificuldades persistem para execução das ações como:

1. Limitação de recursos humanos envolvidos para cumprimento das atividades, apenas 02 (dois) servidores, sendo que um deles está envolvido também nas atividades de obtenção de terra;
2. Dificuldade dos encaminhamentos referentes aos requerimentos de Licença de Instalação e Operação (LIO) em face do atraso na entrega, análise e aprovação dos Planos de desenvolvimento de Assentamentos - PDAs, PRA's, e/ou Projetos Básicos.
3. Necessidade de cumprimento das condicionantes impostas pelo Órgão Ambiental no momento da expedição das Licenças prévias – LP's.
4. Demora na expedição das licenças por parte do órgão ambiental.

2.3.1.4 -Ação 4460-Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Ha	9.063,0000	16.272,6038	179,54	

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.000,182,00	4.935.884,41	4.935.884,41	100	2.706.916,51	54,84	2.706.916,51	54,84

Fonte: SIAFI

Tabela de Detalhamento da Meta Física

nº ordem	Imóvel	Município	Área REGISTRADA (ha)	Área MEDIDA (ha)	Área PAGA (ha)	R\$ TDA(BSB)	R\$ Benfeitorias	R\$ sobras de TDA	R\$ Total
1	Saco Velho	Diamante	535,1641	535,1641	535,1641	89.665,12	68.102,07	28,38	157.795,57
2	Panati	Taperoá	1441,0000	1363,8557	1363,8557	577.232,92	194.493,20	6,37	771.732,49
3	Papagaio	São Mamede	2204,0000	1656,6438	1656,6438	388.990,80	456.643,75	72,00	845.706,55
4	Cajá	Itabaiana	756,0000	672,5389	672,5389	844.560,91	560.066,50	53,79	1.404.681,20
5	São vicente	Condado	1725,0000	1279,8581	1279,8581	726.759,88	632.844,78	20,34	1.359.625,00
6	Laginha	Salgadinho	1900,0000	1357,5100	1357,5100	375.105,21	876.753,11	1,95	1.251.860,27
7	Pedra D'água	Casserengue	417,0000	360,0413	360,0413	49.517,93	86.706,89	27,35	136.252,17
8	Jerimum	Lastro	1087,0000	1019,9916	1.007,3712	239.230,80	251.439,09	90,38	490.760,27

9	Santana e Madeira	Olho Dágua	1100,0000	1287,7431	1100,0000	91.961,87	259.750,52	23,61	351.736,00
10	Saco	Santa Helena	1030,0000	1168,0560	1030,0000	417.506,40	108.810,62	26,38	526.343,40
11	Pussinho	Santa Terezinha	3892,9360	2189,0082	2189,0082	299.220,59	349.548,57	16,83	648.785,99
12	Malhada da Areia	Sousa	908,9182	853,9887	853,9887	155.903,39	99.063,84	9,33	254.976,56
13	Angélicas	Sousa	993,6636	993,6636	993,6636	407.224,80	339.941,07	37,33	747.203,20
14	Monconha	Monteiro	2793,7000	1872,9602	1872,9602	332.888,96	651.089,10	67,12	984.045,23
TOTAL			20784,3819	16611,0233	16.272,6038	4.995.769,58	4.935.253,11	481,12	9.931.503,90

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Principais resultados:

O cumprimento do percentual de execução da meta física desta ação depende efetivamente do resultado da ação denominada Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, incluindo-se também os possíveis óbices judiciais impetrados pelos proprietários rurais.

O valor dos imóveis é impactado por características próprias representadas pela localização, acesso e dimensão. Vale enfatizar que, para efeito de pagamento, a área a ser indenizada (ha) será sempre a menor, entre a registrada e a georreferenciada em campo.

Para efeito do cumprimento desta ação é considerado como imóvel obtido aqueles cujos títulos da dívida agrária e pagamentos de benfeitorias foram empenhados no exercício. O bom desempenho da meta física desta ação, atingida e superada em 79,54%, conforme tabela denominada “Tabela de detalhamento da meta física”, foi impulsionado pela fase avançada de alguns processos advindos de outros exercícios, que não lograram êxito à época, em função do contingenciamento de recursos orçamentários em 2009. Em contrapartida, apenas 54,83% do montante empenhado em 2010 foi efetivamente liquidado em função da insuficiência de recursos financeiros, que atrasou a imissão de posse de alguns imóveis, impossibilitando a criação de novos projetos de assentamento.

Em função do contingenciamento de recursos ocorrido através do Decreto 7144/10 encontram-se pendentes na sede, outros 5 processos para obtenção: Glebas da Fazenda Juá, São Miguel, Saco da Conceição, Engenho Pinturas de Cima, Gravatá para empenho dos Títulos da Dívida Agrária e pagamento das benfeitorias, os quais deverão incrementar as metas do exercício de 2011.

Principais problemas:

1. Atraso/ insuficiência de recursos orçamentários para empenho das despesas referentes a emissão dos Títulos da Dívida Agrária e benfeitorias dos imóveis rurais;
2. Atraso na liberação dos recursos financeiros referente as despesas empenhadas para pagamento de benfeitorias dos imóveis, ocasionando atraso na imissão de posse do imóvel e criação do projeto de assentamento;
3. Atraso nas decisões judiciais em ajuizamento de ações de imissão de posse de imóveis.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0135	2272	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
163.390,00	425.708,41	423.092,46	99,38	172.114,73	40,43	172.114,73	40,43

Fonte: SIAFI

Tabela Detalhamento execução orçamentária/financeira

PTRES	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA 0135				
01612		RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO RESTOS A PAGAR
A 0135227210	DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
44905200	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	163.390,00	163.390,00	163.390,00	0,00
A 0135227240	SUPORTE OPERACIONAL				
44905200	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE	250.977,73	250.977,73		250.977,73
	SUB-TOTAL	414.367,73	414.367,73	163.390,00	250.977,73
E 0135227211	AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO				
33901400	DIARIAS NO PAIS	3.800,00	3.370,09	3.370,09	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	3.920,00	2.750,00	2.750,00	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			2.750,00	0,00
	SUB-TOTAL	7.720,00	6.120,09	6.120,09	0,00
T 0135227240	SUPORTE OPERACIONAL				
33901400	DIARIAS NO PAIS	1.176,40	1.176,40	1.176,40	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO		0,00	0,00	0,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS				
33903039	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS				
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	2.444,28	1.428,24	1.428,24	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			1.428,24	0,00
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE				
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			0,00	0,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS				
33913900	COMUNICAÇÃO EM GERAL			0,00	0,00
33913947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL				
	SUB-TOTAL	3.620,68	2.604,64	2.604,64	0,00
	TOTAL DA AÇÃO	425.708,41	423.092,46	172.114,73	250.977,73

Fonte: SIAFI

Conforme descrição constante no Plano Plurianual 2008-2011, a ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa o suporte para execução dos Programas e referem-se a pagamento de contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse dos Programas as áreas finalísticas, imprescindíveis para concretização das atividades. Também é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Em 2010, os recursos utilizados nesta ação atenderam necessidades pontuais, a exemplo da aquisição de mobiliários com vistas à melhoria das instalações de trabalho.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	8396	0137	A	3	Fam	1302	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.973.229,00	98.268,09	43.474,41	44,24	3.761,04	3,82	3.761,04	3,82

Fonte: SIAFI

Antecedentes

A partir do Acórdão 2633/2007, importa registrar que a execução desta ação sofreu solução de continuidade, referente aos contratos de 2007, só retornando à normalidade em meados de setembro de 2008, após diligências da Superintendência no sentido de atender as exigências ao referido Acórdão. Em função desse fato, as contratações referentes ao exercício de 2008 foram bem reduzidas, o que acumulou o passivo de execução para 2009/2010.

O valor referencial é de até R\$ 5.500,00/fam., podendo ou não, ser utilizado para um só benefício a seguir: Infra-estrutura de abastecimento de água, acesso ao projeto de assentamento (abertura ou recuperação de estradas, pontes, passagem molhada, etc.) e eletrificação rural, incluídos custos para elaboração dos projetos básicos executivos. Porém o custo médio no Estado

da Paraíba, aproximadamente R\$ 1.515,53 - exercício 2010, se dá em decorrência de que no custo previsto constam diferentes tipos de obras, tais como estradas, sistemas de abastecimento de água, sistemas elétricos, etc., as quais possuem custos completamente diferenciados. E como pode se verificar, o benefício mais demandado na Paraíba é por abastecimento de água, de tal forma que os recursos recebidos atendem maior número de famílias.

As demandas por eletrificação rural são atendidas através do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, executadas pelo Estado, e alguns casos pontuais por esta Superintendência, como ocorreu neste exercício. Quanto ao acesso aos projetos de assentamento, estas são viabilizadas sempre que demandadas pelos trabalhadores. Normalmente o que é feito é a recuperação das vias de acesso.

As atividades para abastecimento de água ocupam 90% das demandas nos projetos de assentamento.

Trata-se de ação bastante demandada pelos trabalhadores rurais, as quais estão sendo atendidas na medida em que são cumpridos os critérios para execução dos serviços, e em especial, para os projetos criados a partir de 2008, que exigem expedição da Licença de Instalação e Operação - LIO para início de quaisquer atividades de implantação de infra-estrutura.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2010		TOTAL	
		CONCLUÍDA	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDA	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDA	EM EXECUÇÃO
Recuperação de estradas	Fam	0	179	0	0	0	179
	km	0	32	0	0	0	32
Abastecimento de água	Fam	158	1372	0	0	158	1372
Outras obras	Fam	0	136	0	0	0	136
							1687

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta física executada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” concluídas, e refere-se a obras e serviços de infra-estrutura para benefício de 158 famílias iniciadas em exercícios anteriores (recursos inscritos em Restos a Pagar), recebidas em 2010, considerando que o marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas, se dá por ocasião do recebimento dos serviços, por parte do engenheiro do INCRA e da emissão do Termo de Recebimento.

Em 2010 não foram iniciadas nenhuma obra em virtude da transferência, por determinação do INCRA sede, da totalidade dos recursos orçamentários destinados Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento no estado da Paraíba, para atendimento emergencial às vítimas das enchentes nos estados de Pernambuco e Alagoas.

Em 2009, em função da reduzida capacidade do setor, optou-se pela contratação massiva de serviços de elaboração de projetos básicos executivos para abastecimento de água, construção de estradas e recuperação de açudes. Os projetos básicos encontram-se em execução. É intenção desta Superintendência as contratações de todas as obras no início de 2011, de forma que as execuções ocorram dentro do próprio exercício, o que poderá diminuir consideravelmente a inscrição dos recursos em restos a pagar.

Os resultados alcançados nas atividades de infra-estrutura foram totalmente comprometidos em função da transferência, da totalidade dos recursos orçamentários para atendimento emergencial às vítimas das enchentes nos estados de Pernambuco e Alagoas, neste sentido foram empenhados apenas R\$ 43.474,41, referente à aditivos a contratos de exercícios anteriores, para ajustes no projeto básico inicialmente aprovado.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Fam	477	0		1.017

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
98.784,00	222.826,85	221.751,98	99,51	11.925,13	5,35	11.925,13	5,35

Fonte: SIAFI

Antecedentes

As ações de Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento dividiram-se basicamente em duas etapas. Inicialmente é realizada a etapa de demarcação de perímetro, que consiste na materialização e medição dos vértices definidores do limite externo do assentamento, em um segundo momento é realizada a segunda etapa, que consiste na materialização e medição dos vértices definidores dos limites internos do assentamento, ou seja, das parcelas, sejam elas lotes rurais, áreas coletivas, reserva legal, etc.

Todas as atividades de materialização e medição, bem como a apresentação dos trabalhos, são normatizadas através da Norma Técnica de Georreferenciamento de Imóveis Rurais 2ª Edição de novembro de 2003, a qual define metodologia de trabalho, padrões de precisão e procedimento para o atendimento a Lei 10.263/2001 e os decretos que a regulamentam.

Quanto a esta questão é importante ainda observar que os projetos de assentamentos, também objeto desta ação, não podem ser certificados conforme o que determina a lei 10.267/2001, em decorrência da dominialidade das propriedades não estarem em definitivo em nome do INCRA,

cuja transmissão da dominialidade só ocorre quando se finda o processo judicial de desapropriação, o que pode se estender por anos. Para minimizar o problema são abertos os processos de certificação, que ficam no aguardo da decisão judicial para se efetivarem os registros nos cartórios já devidamente certificados.

Salienta-se ainda que a etapa de parcelamento ocorre a posterior da etapa de perímetro em função da necessidade da elaboração previa do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA e/ou Planos de Recuperação - PRA

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividades	Unid	Iniciadas em Exercícios Anteriores		Iniciadas no Exercício de 2010		Total	
		Concluída	Em Execução	Concluída	Em Execução	Concluída	Em Execução
Perímetro	Fam	0	0	0	1017	0	1017
	km	0	0	0	512,947	0	512,947

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A diferença entre a meta física prevista na PO 2010, de 477 famílias para Meta a ser realizada em 2011, ocorre em função da utilização preferencial dos recursos para atendimento da demanda de demarcação de Perímetro, haja vista que, o serviço de topografia em demarcação de lotes dos parcelamentos, só pode ser contratado após a elaboração dos PDAs dos assentamentos. Como a elaboração dos PDAs tem uma dinâmica mais participativa com os beneficiários da reforma agrária, optou-se pela demarcação de perímetros, que em virtude da natureza do serviço, tem custos referenciais mais baixos que o parcelamento, podendo assim atender um número maior de famílias com mesmo orçamento.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	3	Fam	43	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
17.030,00	12.000,00	11.802,02	98,35	11.802,02	98,35	11.802,02	98,35

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende a critérios e a valores fixados através da NE/INCRA/76/2008, publicado no DOU 165 em 27 de agosto de 2008.

São diretrizes básicas da ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol, propiciar o aumento de renda dos Projetos de Assentamentos da reforma agrária, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais, com ênfase na Agroecologia.

Deverão ser beneficiados projetos de assentamento implantados ou reconhecidos pelo INCRA, em fase de estruturação ou de consolidação, sendo condição obrigatória, aplicação de recursos na forma de projetos coletivos, em atividade de:

1. - Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias;
2. - Inserção mercadológica e valorização da produção dos assentamentos;
3. - Atividades pluriativas, como Turismo Rural, Restaurantes Rurais, Artesanatos;
4. - Fomento à agroecologia.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividades	Unid	Passivo de exercícios anteriores em exercícios anteriores		Iniciadas no exercício de 2010		Total	
		Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Projeto de Fomento à Agroindústria e Comercialização	Fam	208	0	0	0	208	0
	PA	18	0	0	0	18	0
	Proj contrat	1	0	0	0	1	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta física considerada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” concluídas, que resultou na aplicação do benefício à 208 famílias, executada em 2010, referente à aplicação de recursos inscritos em Restos a Pagar de 2009.

Como outras ações já descritas, o marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas, se dá por ocasião do recebimento completo dos serviços/obras ou de aquisição de material permanente, através da emissão do Termo de Recebimento pelos técnicos responsáveis.

Por se tratar de atividades não agrícolas, torna-se mais uma alternativa estruturante do ponto de vista da sustentabilidade dos projetos de assentamento e que vem obtendo excelentes resultados no Estado da Paraíba

O Orçamento destinado a esta Ação, cerca de R\$ 11.802,20 refere-se à aditivo de contratos vigentes, já concluídos e iniciados em exercícios anteriores.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	3	fam	317	196	61,82	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
45.972,83	45.972,83	44.724,59	97,28	43.714,99	95,08	43.714,99	95,08

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação atende critérios e valores fixados através da IN/INCRA/Nº 30, de 24 de fevereiro de 2006, publicado no DOU em 06.03.2006.

A transferência do domínio em caráter definitivo, dos imóveis rurais originários de projetos de assentamento, para beneficiários da reforma agrária exige o cumprimento de algumas fases, quais sejam: Verificar se a matrícula do imóvel já se encontra em nome da União, ou seja, se já

ocorreu a transcrição da área em nome do INCRA e respectivo cadastramento do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR; planta e memorial descritivo do imóvel georreferenciado, com o parcelamento, se for o caso; registro da planta e respectivo memorial descritivo do PA criado e das parcelas no Cartório de Registro de Imóveis competente; averbação pelo INCRA da Reserva Legal – RL, quando comunitária; definição dos valores básicos a serem considerados para alienação do imóvel; verificação do cumprimento dos direitos e deveres dos futuros titulados (vistorias “in-loco”).

Destas preliminares, é fundamental destacar que até dezembro de 2009, apenas 25,63% (61 imóveis desapropriados) dos 238 possuíam matrícula do imóvel em nome do INCRA. Os demais necessitam de atualização de dados cartoriais e/ou resolução de pendências judiciais relacionadas ao registro imobiliário.

Quanto ao último item, entende-se como direito do assentado, a implantação de todas as ações de créditos instalação, infra-estrutura básica e de serviços e a regularização ambiental, necessários para seu desenvolvimento sustentável. Entende-se como dever, o cumprimento, por parte do assentado, das obrigações iniciais constantes do Contrato de Concessão de Uso - CCU.

É necessário destacar, ainda, que o título definitivo contém cláusulas resolutivas, só liberadas após 10 (dez) anos, desde que, dentre outros critérios, estejam quitadas as prestações anuais relativas a alienação do imóvel.

Somam 22 (vinte e dois) os projetos de assentamento consolidados até dezembro de 2010, com 1.387 (mil trezentos e oitenta e sete) famílias assentadas. Destas, tituladas um total de 1.249 (mil duzentos e quarenta e nove) famílias. Do total de famílias tituladas, 780 (setecentos e oitenta) receberam o título até 2002 e 469 (quatrocentos e sessenta e nove) tiveram os processos de titulação iniciados em 2006 e concluídos em 2008.

Convém esclarecer que as atividades inerentes ao cumprimento desta ação são basicamente de campo, por tratar-se de discussão com a comunidade, vistorias “*in loco*”, parcela por parcela (que devem ser supervisionadas uma vez ao ano), destinação de bens comunitários, levantamento de documentação, etc, o que demanda tempo e recurso.

Já as ações de transferência do domínio em caráter provisório são firmadas mediante Contrato de Concessão de Uso – CCU, sendo, portanto, o documento básico dos compromissos assumidos entre o INCRA e as famílias, garantindo-lhes os benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, bem como exigência para quaisquer obrigações de ambas as partes.

Também é uma atividade realizada dentro da ação a emissão e entrega das guias de recolhimento para pagamento dos títulos emitidos.

Principais Resultados

Como pode se verificar na Tabela Execução Física e Execução Orçamentária/financeira, foi disponibilizado R\$ 45.972,83, dos quais R\$ 17.116,00 destinados a ação de retomada de lote, de forma que o impacto com a restrição de recursos acarretou na execução parcial da meta na coleta de assinaturas dos Contratos de Concessão de Uso – CCU referente a 196 (cento e noventa e seis) famílias em 11 (onze) PA's.

Foram emitidos e entregues 778 Guias de Recolhimento da União para pagamento dos Títulos em 19 projetos de assentamentos.

Retomada de Lote

Ação de retomada de Lotes é normatizada pela NE/INCRA/Nº 47, de 16 de setembro de 2008, publicado no DOU em 17.09.2008. Teve suas atividades iniciadas preliminarmente ainda no ano de 2009, contudo, apenas em 2010 iniciou-se de fato procedimentos mais consistente quanto a ação.

Em 2010 foram formalizados 06 processos de retomada de parcela com o reforço de mais uma nova equipe de vistoria designada para ação foram totalizados 213 lotes vistoriados no ano de

2010.

Conforme normativo, após as vistorias os processos seguem para a Comissão de Supervisão, que analisa a aplicação das determinações legais a cada situação verificada pela Comissão de Vistoria, só então o processo segue para o Superintendente aplicar as sanções indicadas pela Comissão de Supervisão.

Seguindo o procedimento administrativo conforme determinação do Normativo todos os processos abertos, foram vistoriados e estão na Comissão de Supervisão.

Cabe salientar que apesar dos processos abertos até a presente data ainda não terem seguido em definitivo para conclusão e efetiva retomada, a simples presença da Comissão de Vistoria nos Assentamento, em regra geral, promove a espontânea regularização da situação ocupacional dos lotes por parte dos assentados, além de promover uma ação educativa e disciplinadora nas comunidades.

Principais dificuldades

A capacidade operacional para o cumprimento das atividades do Setor de Titulação, até meados de junho de 2010, resumia-se a 01 (um) servidor. Esse problema foi minimizado com a readequação de servidores de outros setores, contando no final de 2010 com 02 (três) servidores para realização das vistorias necessárias e das demais atividades. Contudo, essa insuficiência de recursos humanos é uma questão, ainda, a ser sanada.

2.3.2.5 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	3	Unid fam	0	0	0	

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0	338.323,05	0	0	0	0		0

Fonte: SIAFI

Os recursos destinados a ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, tinham o objetivo de execução de um Plano de Recuperação de área degradada-PRAD, com vistas a cumprir acordo com o Ministério Público para atenuar multa por danos provocados pelos assentados em sítio arqueológico e para o cercamento de Reserva Legal no PA Estrela Dalva, que tinha como objetivo cumprir condicionantes para averbação de Reserva Legal, condição para o órgão ambiental aprovar a execução de Plano de Manejo Florestal Sustentado, contemplado com o Programa de Manejo Florestal do Instituto Florestal.

Os recursos destinados a esta ação foram descentralizados no mês de novembro de 2010 e devido ao limitado recursos humanos existentes na Comissão de Licitação, não foi possível a contratação de serviços para realização da ação, sendo assim, os recursos foram devolvidos.

2.3.2.6 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	0427	OP	3	Fam	416	985	236,77	1938

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.871.019,00	15.456.100,00	14.843.500,00	96,03	3.989.200,00	25,80	3.989.200,00	25,80

Fonte: SIAFI

Antecedentes

A partir do Acórdão 2633/2007, importa registrar que a execução desta ação sofreu solução de continuidade com relação aos contratos de 2007, só retornando a normalidade em meados de 2008, após diligências da Superintendência no sentido de atender as determinações do referido Acórdão. Em função disso, as contratações referente ao exercício de 2008 foram reduzidas, o que avolumou a demanda para 2009.

Trata-se de uma das ações de maior alcance social e de volumes de recursos geridos pela Superintendência. Desde 2004, esta ação teve incrementos orçamentários significativos a cada exercício, com o aumento das modalidades de créditos. Este fato tem possibilitado o atendimento gradativo das demandas acumuladas bem como atende as expectativas das famílias, através das novas modalidades implantadas. Neste ritmo, considerando que os créditos se aplicam uma única vez, a tendência é a diminuição das metas e do volume de recursos na medida em que as demandas vão sendo atendidas.

Funcionograma para Aplicação dos Créditos

- 1 – Criação da associação do Projeto de Assentamento, conforme instrumentos normativos;
- 2 – Eleição e posse da diretoria da associação e/ou eleição de 02(dois) representantes por comunidade para compor comissão objetivando o acompanhamento e aplicação dos créditos, em conjunto com a comissão do INCRA (campo). Entregue cópia da Portaria de criação do Projeto de Assentamento e Norma de Execução que regem a aplicação de créditos à associação;
- 3 – Formalização do processo administrativo do projeto de assentamento (Superintendência);
- 4 – Abertura de Conta Bancária específica no Banco do Brasil S/A (bloqueada) para operacionalização dos créditos (Superintendência);
- 5 – Empenho e Pagamento dos recursos em nome da Associação (Superintendência);
- 6 – No caso de necessidade de aplicação de créditos de material de construção para recuperação de casas, preliminarmente é efetuado um Laudo Técnico da situação (campo);
- 7 – A Comissão responsável faz reunião com a comunidade para disseminação de informações referentes à forma de aplicação dos recursos. É entregue a planilha com lista de materiais básicos necessários para execução dos serviços em pauta, com valores referenciais para pesquisa de preço, cuja atividade é executada em conjunto com a comunidade, participação da comissão do INCRA e de fornecedores interessados (campo);
- 8 – Abertura de proposta de pesquisa de preço e contratação da empresa vencedora. Coleta de assinaturas dos contratos de concessão de créditos pela comissão (campo);
- 9 – Inicia-se a fiscalização da entrega dos materiais, acompanhamento e supervisão dos serviços pela comissão do INCRA, que atestam as Notas Fiscais e de Serviço em conjunto com os representantes da comunidade e as encaminham através de Ofício ao Banco para o devido pagamento(campo);
- 10- O acompanhamento é contínuo até que os serviços sejam concluídos e os recursos efetivamente aplicados, anexando-se a prestação de contas ao Processo (campo).

A comissão citada no item 7, é composta por no mínimo 02 (dois) servidores, nomeada por ato do Senhor Superintendente, que também orienta e informa os beneficiários sobre a forma de operacionalização e comprovação junto ao INCRA.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

Atividade	Unid	Passivo de exercícios anteriores (restos a pagar)		Iniciadas no exercício de 2010		TOTAL	
		Pagos	A serem Pagos	Pagos	A serem pagos	Pagos	A serem Pagos
Apoio Inicial	Fam	12	0	184	13	196	13
	PA	2	0	9	2	11	2
Complementação	Fam	0	0	9	11	9	11
Apoio Mulher	Fam	0	0	30	332	30	332
	PA	0	0	1	18	1	18
Complementação	Fam	0	0	0	0	0	0
Aquisição de Mat. de Construção	Fam	29	0	29	170	58	170
	PA	2	0	1	8	3	8
Complementação	Fam	0	0	95	0	95	0
Fomento	Fam	78	1	0	734	78	735
	PA	7	1	0	19	7	20
Complementação	Fam	0	0	59	0	59	0

Semi-Árido	Fam	86	6	0	153	86	159
	PA	5	3	0	6	5	9
Complementação	Fam	0	0	66	15	66	15
Aquisição de Mat. para Recuperação	Fam	42	1	150	560	192	561
	PA	6	1	6	18	12	19
Complementação	Fam	0	12	393	282	393	294
Total famílias crédito		247	8	393	1962	640	1970
Total famílias complementações		0	12	622	308	622	320
Total Geral		247	20	1015	2270	1262	2290

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A meta desta Superintendência para 2010, à época da elaboração da proposta de capacidade, indicavam atendimento de 416 famílias, no valor de R\$ 5.871.019,00, considerando as limitações do Acórdão 2.633/07, a capacidade operacional, demanda passível de cumprimento em função dos critérios normativos e as dificuldades de praxe da insuficiência de recursos para acompanhamento e fiscalização.

A meta física executada é a constante da Tabela denominada “Detalhamento da meta física” “Total” pagos, resultante da soma dos cinco tipos de créditos (não computadas as complementações) para famílias cujos recursos foram depositados nas contas das respectivas associações.

O percentual de 236,77% de alcance da meta é justificável considerando que uma mesma família pode ser beneficiada com mais de 1 (um) tipo de crédito. Além disso, conforme já descrito, a demanda para 2010 avolumou-se em função da descontinuidade parcial ocorrida em 2008, e do assentamento criados em 2010.

Quanto aos resultados dos créditos efetivamente aplicados, após cumprimento das etapas descritas no funcionograma acima, foram:

Tabela de Aplicação dos créditos em campo

MODALIDADE (incluídas complementações)	FAMÍLIAS
Apoio Inicial	360
Apoio Mulher	0
Fomento	331
Semi-árido	768
Acompanhamento/fiscalização aplicação Materiais de Construção	963
Casas construídas	503
Acompanhamento/fiscalização aplicação Materiais de Recuperação	488
Casas reformadas/recuperadas	254

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Observa-se também que a modalidade de Crédito Apoio Mulher, criada no ano de 2009, teve grande dificuldade de ser aplicada no ano de 2010, em função de que exige um grau elevado do nível de organização das comunidades em especial aos componentes do gênero feminino que compõe as famílias de assentados. Levando-se em conta também a questão cultural do domínio masculino na condução das finanças familiares, a aplicação desta modalidade de crédito sofreu com grandes entraves práticos, contudo, após várias programações de orientação e de esclarecimentos

com comunidades, entidades de assistência técnica e movimentos sociais, as primeiras barreiras foram quebradas e ao final do ano de 2010, 33 processos foram formalizados e empenhados para aplicação desta modalidade de crédito no exercício de 2011 o que representa um total de 362 mulheres beneficiadas com um valor total de R\$ 289.600,00.

2.3.2.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0137	2272	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
447.503,00	546.687,80	544.012,58	99,51	528.336,48	96,64	528.336,48	96,64

Fonte: SIAFI

PTRES	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA 0135				
01612		RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	SALDO RESTOS A PAGAR
J 0137227240	SUPORTE OPERACIONAL				
33901400	DIARIAS NO PAIS	1.736,34	1.736,34	1.736,34	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			0,00	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	1.400,00	0,00	0,00	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			0,00	0,00
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			0,00	0,00
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			0,00	0,00
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL			0,00	0,00
	SUB-TOTAL	3.136,34	1.736,34	1.736,34	0,00
D 137227240	SUPORTE OPERACIONAL - JURISDIÇÃO SR				
33901400	DIARIAS NO PAIS	384.345,34	384.103,50	384.103,50	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	90.000,00	90.000,00	84.900,00	5.100,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			63.249,51	100,00
33903017	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			3.960,00	0,00
33903039	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			17.690,49	5.000,00
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	24.243,12	23.902,22	23.902,22	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			2.402,22	0,00
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			21.500,00	0,00
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	37.350,00	37.273,00	27.296,90	9.976,10
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			15.608,90	9.976,10
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL			1.123,00	0,00
33903959	SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO			0,00	0,00
33903996	OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903997	DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			10.565,00	0,00
33913900	OUTROS SERVICOS INTRA-ORÇ			0,00	0,00
33913947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL			0,00	0,00
	SUB-TOTAL	535.938,46	535.278,72	520.202,62	15.076,10
G 0137227240	SUPORTE OPERACIONAL				
33901400	DIARIAS NO PAIS	6.113,00	6.113,00	6.113,00	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	1.500,00	884,52	284,52	600,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			284,52	600,00
	SUB-TOTAL	7.613,00	6.997,52	6.397,52	600,00
	TOTAL DA AÇÃO	546.687,80	544.012,58	528.336,48	15.676,10

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa o suporte administrativo aos Programas, e atende os contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para concretização das atividades.

Principais Problemas:

A Tabela acima denominada “Detalhamento da execução orçamentária/financeira”, demonstra a execução de despesas administrativas necessárias para acompanhamento/supervisão das metas físicas relativas ao Programa, mais especificamente as Ações denominadas Concessão de Crédito Instalação, Implantação e Recuperação de Infra-estrutura básica em Projetos de Assentamento, Fomento à Agroindustrialização e Comercialização-Terra Sol, Serviços Topográficos, atividades do Pronaf, que não possuem recursos para custeio dentro da própria ação, a exemplo da Titulação. Conforme já descrito nas respectivas páginas, referidas ações exigiram deslocamento permanente ora para identificação/contratação de novas demandas ora para acompanhamento, aplicação e fiscalização dos créditos liquidados e da medição das obras contratadas (de outros exercícios).

Em geral os recursos das ações denominadas GAP, suporte dos programas finalísticos, não são descentralizados na sua totalidade (conforme programado) em função dos contingenciamentos anuais, que em 2010 ocorreu através do Decreto 7144/2010. Essa limitação obriga os gestores a mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, para atendimento das despesas fixas contratuais imprescindíveis para concretização das metas (locação/manutenção de viaturas, aquisição de combustíveis, publicações, GPS ,etc) quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços. O acréscimo significativo das diárias ocorrido em julho de 2009, ainda causou impactos negativos na execução das ações, vez que o orçamento aprovado não acompanhou a mesma proporção do concedido.

Também ressalte-se que é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Importa registrar que a cada exercício os recursos recebidos para o custeio administrativo decresceram desproporcionalmente às demandas criadas.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	imovel	12.644	6.369	50,37	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
113.796,00	128.714,18	95.957,20	74,55	88.828,00	69,01	88.828,00	69,01

Fonte: SIAFI

Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, é documento obrigatório para a transmissão de domínio e lavratura das escrituras nos serviços de registro de imóveis, comprovação da regularidade cadastral nas operações de financiamento junto à instituições financeiras e para apresentação junto à Previdência nos requerimentos de aposentadoria, dentre outros. Sua validade está condicionada às competências dos exercícios nele estabelecidas e pode ser emitida diretamente nas Superintendências através do SNCR, ou via Internet, disponibilizado desde 2009, para garantir aos detentores de imóveis uma maior acessibilidade ao ato de requerimento do CCIR, conforme tabela abaixo

Tabela Detalhamento Meta física-1

NOME Operação	MÊS	SNCR_WEB	INTERNET	TOTAL
Emissão de CCIR	Janeiro	2.337	9.815	12.152
Emissão de CCIR	Fevereiro	1.472	7.063	8.535
Emissão de CCIR	Março	1.586	5.163	6.749
Emissão de CCIR	Abril	1.028	3.075	4.103
Emissão de CCIR	Maiο	1.124	3.575	4.699
Emissão de CCIR	Junho	1.179	1.563	2.742
Emissão de CCIR	Julho	1.401	1.733	3.134
Emissão de CCIR	Agosto	1.745	1.542	3.287
Emissão de CCIR	Setembro	1.614	4.148	5.762
Emissão de CCIR	Outubro	906	1.468	2.374
Emissão de CCIR	Novembro	964	1.214	2.178
Emissão de CCIR	Dezembro	848	1.042	1.890
		16.204	41.401	57.605

Tabela Detalhamento Meta física-2

NOME Operação	MÊS	SNCR_WEB
---------------	-----	----------

Atualizações Cadastrais	Janeiro	199
Atualizações Cadastrais	Fevereiro	337
Atualizações Cadastrais	Março	631
Atualizações Cadastrais	Abril	432
Atualizações Cadastrais	Maio	751
Atualizações Cadastrais	Junho	560
Atualizações Cadastrais	Julho	577
Atualizações Cadastrais	Agosto	668
Atualizações Cadastrais	Setembro	502
Atualizações Cadastrais	Outubro	429
Atualizações Cadastrais	Novembro	573
Atualizações Cadastrais	Dezembro	710
		6.369

Através da conjugação de esforços materiais e humanos para a execução das atividades de análise cadastral em suporte operacional às atividades desenvolvidas na UJ, é possível a celebração de Termos de Cooperação Técnica, sem transferência de recursos, com as Prefeituras Municipais, responsáveis pelas Unidades, que funcionam como gerentes auxiliares do SNCR nos municípios, para a Manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a prestação de informações e formulários aos interessados sobre quaisquer questões relacionadas ao cadastramento de imóveis rurais e emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR possibilitando cumprir o estabelecido no art. 46 da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, no art. 52 do Decreto n.º 55.891, de 31 de março de 1965, e no § 2º do art. 1º da Lei n.º 8.022, de 12 de abril de 1990.

No 2º Semestre de 2010, atendendo determinação da Procuradoria, devido a necessidade de alteração de cláusula específica dos Termos já celebrados em exercícios anteriores, foram rescindidos **108** desses Termos para os devidos ajustes, nesse sentido foram renovados **26** TCT's no exercício e os demais encontram-se em tramitação para cumprimento das formalidades legais exigidas à celebração/publicação.

De forma a promover a qualificação do atendimento da rede de cadastro rural, em 2010 A Superintendência Regional capacitou 08 Técnicos lotados na Análise Cadastral e Sala da Cidadania desta SR, sobre o novo Manual de Preenchimento de DP's, bem como deu continuidade aos treinamentos, capacitações e supervisões das Unidades Municipais de Cadastro UMC's, sobre preenchimento, distribuição, recepção, de requerimentos de análise cadastral de imóveis, bem como da análise e digitação dos formulários no SNCR para os imóveis de até 4 módulos fiscais.

Estas atividades são imprescindíveis refletindo diretamente na melhora da qualificação dos dados, dando agilidade na inclusão/atualização destes no SNCR, observando que instrutores são os mesmos servidores do quadro da Superintendência responsáveis pelos serviços de atualizações cadastrais.

Detalhamento de metas intermediárias

Nº ordem	Unidades Municipais de Cadastro	Ações desenvolvidas em 2010
1	Água Branca	Renovação do TCT
2	Areia	Supervisão / Renovação do TCT
3	Bananeiras	Visita para renovação do TCT
4	Baraúna	Treinamento p/ análise e digitação cadastral

5	Barra de Santa Rosa	Treinamento p/ análise e digitação cadastral
6	Bom Sucesso	Renovação do TCT
7	Cajazeiras	Supervisão / Visita para renovação do TCT
8	Campina Grande	Supervisão / Renovação do TCT
9	Cuité	Supervisão / Treinamento p/ análise e digitação cadastral
10	Esperança	Supervisão / Renovação do TCT
11	Igaracy	Supervisão
12	Imaculada	Supervisão / Renovação do TCT
13	Ingá	Supervisão
14	Itabaiana	Visita para renovação do TCT
15	Itaporanga	Supervisão / Visita para renovação do TCT
16	Jurú	Visita para renovação do TCT
17	Lagoa Seca	Renovação do TCT e Capacitação básica (recepção e envio de doc para a SR)
18	Manaíra	Visita para renovação do TCT
19	Massaranduba	Treinamento p/ análise e digitação cadastral
20	Mogeiro	Supervisão
21	Montadas	Supervisão / Renovação do TCT
22	Monte Horebe	Supervisão / Renovação do TCT
23	Monteiro	Renovação do TCT
24	Nova Palmeira	Treinamento p/ análise e digitação cadastral
25	Patos	Supervisão / Renovação do TCT / Capacitação básica (recepção e envio de doc para a SR)
26	Pedra Lavrada	Supervisão
27	Pombal	Supervisão / Renovação do TCT / Capacitação básica (recepção e envio de doc para a SR)
28	Princesa Isabel	Supervisão e Visita para renovação de TCT
29	Puxinanã	Supervisão / Renovação do TCT
30	Remígio	Supervisão / Visita para renovação do TCT
31	Riachão do Bacamarte	Supervisão / Renovação do TCT / Treinamento p/ análise e digitação cadastral
32	Santa Luzia	Supervisão / Renovação do TCT / Capacitação básica (recepção e envio de doc para a SR)
33	Santana de Mangueira	Renovação do TCT
34	São João do Rio do Peixe	Supervisão
35	São José de Caiana	Supervisão / Visita para renovação do TCT
36	São José de Espinharas	Supervisão / Capacitação básica (recepção)
37	São José de Piranhas	Supervisão / Renovação do TCT / Capacitação básica (recepção e envio de doc para a SR)
38	São José dos Cordeiros	Supervisão / Renovação do TCT
39	São Mamede	Visita para renovação do TCT
40	Sapé	Renovação do TCT
41	Serra Branca	Supervisão / Renovação do TCT
42	Serraria	Supervisão / Renovação do TCT
43	Solânea	Supervisão / Renovação do TCT
44	Sousa	Supervisão / Renovação do TCT / Capacitação básica (recepção e envio de doc para a SR)
45	Taperoá	Supervisão / Renovação do TCT
46	Tavares	Supervisão / Renovação do TCT
47	Uiraúna	Supervisão
48	Várzea	Supervisão / Renovação do TCT

Fiscalização Cadastral

A atividade de Fiscalização e gerenciamento do cadastro rural, engloba o controle da aquisição de terras por estrangeiros, a elaboração dos extratos de cadeias sucessórias de domínio de imóveis rurais auxiliar nos processo de obtenção de imóveis rurais, análise e diligenciamento nos processo de certificação e ainda o controle da distribuição fundiária no Estado da Paraíba.

Em cumprimento a Lei 5.709, de 07/10/1971 e Decreto 74.965, de 26/11/1974, sobre controle da aquisição de **terras por estrangeiros**, deu-se continuidade à troca de informações com os Serviços Registrais de Imóveis, foram atualizados dados de 03 imóveis, sendo 02 no município do Conde/PB e 01 em Sobrado/PB.

Outras atividades Desenvolvidas:

Instrutor Interno ministrando Capacitação sobre Registro Imobiliário em especial, ao exame da Cadeia Dominial, nas Superintendências Regionais de Sergipe – SR-23/SE e Alagoas – SR-22/AL.

Participação dos Trabalhos de Estruturação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR;

Participação na elaboração do Manual de Cadastro Rural e Revisão de Normas;
Participação nos trabalhos da Equipe de Estudo para Revisão da Taxa de Serviços Cadastrais;

Participação nos Trabalhos de Revisão da minuta da Instrução Normativa e do Manual de Orientação, que tratam sobre Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro;

Participação nos trabalhos da Equipe de Homologação dos Requisitos do novo Módulo de Usuários do SNCR e elaboração de Atos Internos para Recadastramento dos Usuários do SNCR;

Participação no grupo de Técnicos da área de Cadastro, da Força-Tarefa criada pelo Incra (Sede). Análise com vistas á instrução Processual de Certificação Cadastral, objeto de Mandado de Segurança;

Participação no Grupo de Trabalho INCRA (Sede) e SR-28/Entorno - DF. Tendo em vista atender Decreto Presidencial de 20/11/2010. Que criou o Território Quilombola dos Kalungas, sito na Chapada dos Veadeiros – GO;

Participação no Grupo de Trabalho para realizar análise e atualização cadastral para emissão de certificação de imóveis rurais referentes ao cadastramento de 2008 na SR-13/MT.

Principais Dificuldades:

- Descontinuidade nas ações previstas no Plano de trabalho do Convênio CRT/PB/nº 038/08 que trata da regularização fundiária do município de Monteiro/PB, onde foi prevista a atualização cadastral de 3.000 imóveis rurais, impactando o cumprimento da meta;

– Insuficiência de Técnicos especializados na Análise e Digitação de DP's;

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados

espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	3	Há	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	29.402,65	18.037,20	61,34	18.037,20	61,34	18.037,20	61,34

Fonte: SIAFI

O cumprimento desta ação está fixado através Lei nº. 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº. 4.449/2002, que alterou dispositivos da Lei nº. 6.015/1973, NE/INCRA/80/2008-Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Antecedentes:

Convênio plurianual em vigência celebrado entre o INCRA e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA), iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondente registro imobiliário (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

O convênio em pauta tem sofrido solução de continuidade desde início de 2009, em função da conjuntura política ocorrida no Estado, com a mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e no do Instituto de Terras da Paraíba - INTERPA, aliado ao processo eleitoral em 2010. Em que pese todo o esforço por parte da Superintendência em 2010 no sentido de retomar as atividades, não houve interesse do Governo do Estado, havendo apenas prorrogação de sua vigência por meio de termo aditivo para junho/2011, na perspectiva de que novo Governo demonstre interesse em concluir os trabalhos.

TABELA DETALHAMENTO DA META FÍSICA

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2010		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Imóvel Georreferenciado	ha	0,00	55.000,00	0	0	0,00	55.000,00
	Imóv	0	1600	0	0	0	1600
Imóvel Certificado	ha	6.572,7823	20.135,9568	12.657,4160	10.608,8242	19.230,1983	30.744,7810
	Imóv	4	23	11	6	15	29

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Juntamente com o georreferenciamento de imóveis rurais, o processo de Certificação dos imóveis, representa uma das atividades mais importantes sob responsabilidade da instituição, que por ser relativamente nova, demanda volume considerável de recursos operacionais (orçamento/humanos/equipamentos, etc.) conforme detalhamento.

Detalhamento da meta intermediária

Nº ORDEM	IMÓVEL	DATA DA CERTIFICAÇÃO	ÁREA	SITUAÇÃO SIR
1	FAZENDA MAMOABA	17/5/2010	2027,4067	1-1-Executado-iniciado anterior-2010
2	FAZENDA SOSSEGO	17/5/2010	1521,0377	1-1-Executado-iniciado anterior-2010
3	FAZENDA IBURA	17/5/2010	1137,8253	1-1-Executado-iniciado anterior-2010
4	FAZENDA VÁRZEA CERCADA	17/5/2010	1886,5126	1-1-Executado-iniciado anterior-2010

			6.572,7823	
1	PRIMEIRO DE MAIO		302,8620	1-Em execução iniciado anterior-2010
2	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA		380,2754	1-Em execução iniciado anterior-2010
3	PAXICU		1115,0835	1-Em execução iniciado anterior-2010
4	CICERO ROMANA		143,7362	1-Em execução iniciado anterior-2010
5	DOM MARCELO CARVALHEIRA		1368,4200	1-Em execução iniciado anterior-2010
6	ZUMBI DOS PALMARES		1061,6266	1-Em execução iniciado anterior-2010
7	CACHOEIRA GRANDE		870,4932	1-Em execução iniciado anterior-2010
8	BOA SORTE		1530,3641	1-Em execução iniciado anterior-2010
9	CICERO ROMANA I		296,7272	1-Em execução iniciado anterior-2010
10	ROSA LUXEMBURGO		1422,9087	1-Em execução iniciado anterior-2010
11	SARAPÓ		902,5917	1-Em execução iniciado anterior-2010
12	ANGÉLICAS		1027,0590	1-Em execução iniciado anterior-2010
13	ANTONIO CHAVES		416,2069	1-Em execução iniciado anterior-2010
14	MARIA BONITA		1504,3429	1-Em execução iniciado anterior-2010
15	FLORESTAN FERNANDES		309,4867	1-Em execução iniciado anterior-2010
16	NOVA CONQUISTA		1360,1497	1-Em execução iniciado anterior-2010
17	FREI BEDA		899,0776	1-Em execução iniciado anterior-2010
18	ÁGUA BRANCA		620,7294	1-Em execução iniciado anterior-2010
19	OLHO D'ÁGUA		1408,7274	1-Em execução iniciado anterior-2010
20	FAZENDA PEDRA BRANCA		1590,8900	1-Em execução iniciado anterior-2010
21	FAZENDA PILÕES		1604,1986	1-Em execução iniciado anterior-2010
			20.135,9568	
1	FAZENDA NOSSA SENHORA DE APARECIDA E JARDIM	25/10/2010	329,2864	2-1-Executado iniciado em 2010
2	FAZENDA COELHOS (Millennium)	4/10/2010	1050,6083	2-1-Executado iniciado em 2010
3	FAZENDA MIRIRI S.A	16/4/2010	5393,2810	2-1-Executado iniciado em 2010
4	PROJETO HIDROAGRÍCOLA VÁRZEAS DE SOUSA GLEBA II	13/4/2010	584,5906	2-1-Executado iniciado em 2010
5	SÍTIO BREJINHO	12/11/2010	461,7830	2-1-Executado iniciado em 2010
6	FAZENDA CACHOEIRINHA	9/11/2010	1165,7514	2-1-Executado iniciado em 2010
7	FAZENDA RETIRO (REMANESCENTE)	7/5/2010	400,0000	2-1-Executado iniciado em 2010
8	FAZENDA RETIRO (DESMEMBRAMENTO)	13/5/2010	260,7991	2-1-Executado iniciado em 2010
9	FAZENDA SERROTE DA UMBIGUDA	9/11/2010	1157,4590	2-1-Executado iniciado em 2010
10	FAZENDA CAMAÇARY	30/8/2010	1249,8558	2-1-Executado iniciado em 2010
11	FAZENDA SOUTO	26/10/2010	604,0014	2-1-Executado iniciado em 2010
			12.657,4160	
1	FAZENDA CAMPO VERDE		647,6366	2-Em execução iniciado em

				2010
2	FAZENDA CARNAÚBA		519,5346	2-Em execução iniciado em 2010
3	FAZENDA QUEIMADAS		1471,5589	2-Em execução iniciado em 2010
4	FAZENDA BOQUEIRÃO DE CARNAÚBA		823,4194	2-Em execução iniciado em 2010
5	FAZENDA VÁRZEA		1164,6115	2-Em execução iniciado em 2010
6	Fda Santa Emilia I, II III e Santa Terezinha		5982,0632	2-Em execução iniciado em 2010
			10.608,8242	

Sobre a ação, ressalta-se que dos 281 projetos de assentamento constantes no Sipra, (33 oriundos do Estado), 190 não possuem os perímetros ajustados e materializados conforme se determina na atual Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais, sendo, portanto, demanda potencial de atuação desta SR nos próximos exercícios, juntamente com os respectivos certificados.

Principais Dificuldades

Insuficiência de recursos humanos (quantitativa/qualitativamente), no desenvolvimento das atividades de Geoprocessamento. A Certificação é acompanhada por apenas 01 (um) servidor com habilitação para trabalhar nesta ação.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0137	2110	A	3	imovel	98	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
40.000,00	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Antecedentes:

O cumprimento desta ação está fixado através Lei nº. 10.267/2001, regulamentada pelo Decreto nº. 4.449/2002, que alterou dispositivos da Lei nº. 6.015/1973, NE/INCRA/80/2008-Norma de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Convênio plurianual em vigência celebrado entre o INCRA e o Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba INTERPA, iniciado em 2008, cujo objeto principal é a regularização fundiária e o georreferenciamento de cerca de 100.566,000 hectares de terras inseridos na malha fundiária do município de Monteiro-PB.

A ação é realizada através de Procedimento Administrativo Discriminatório, e exige rito administrativo/burocrático para criação de comissão, edital de chamamento para habilitação em processo, composição de peças técnicas e avaliação jurídica.

Uma vez identificados todos os registros de imóveis rurais válidos para o município, bem como realizado todo o levantamento topográfico (georreferenciamento) destes mesmos imóveis, são discriminadas quais áreas não possuem correspondentes registros imobiliários (terras devolutas), a fim de arrecadá-las ao domínio do Poder Público e posteriormente destiná-las aos que cumpram os requisitos para tal. Para os que comprovarem a posse, são expedidos Títulos de Reconhecimento de Domínio, ajustando a área do imóvel rural ao levantamento topográfico realizado.

TABELA - Detalhamento da Meta Física

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2010		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Imóvel Regularizado	ha	0,00	79.721,00	0	0,00	0,00	79.721,00
	Imóv	0	2.252	0	0	0	2.252

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

A tabela acima demonstra a situação do convênio comentado que tem sofrido solução de continuidade desde início de 2009, em função da conjuntura política ocorrida no Estado, com a mudança ocorrida no Poder Executivo do Governo do Estado e toda a re-estruturação administrativa junto às Secretarias de Estado e no do Instituto de Terras da Paraíba - INTERPA, aliado ao processo eleitoral em 2010. Em que pese todo o esforço por parte da Superintendência em 2010 no sentido de retomar as atividades, não houve interesse do Governo do Estado, havendo apenas prorrogação de sua vigência por meio de termo aditivo para junho/2011, na perspectiva de que novo Governo demonstre interesse em concluir os trabalhos.

2.3.3.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0138	2272	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
6.846,00	55.094,56	44.744,89	81,21	34.453,57	62,53	33.918,88	62,53

Fonte: SIAFI

Tabela Detalhamento execução orçamentária/financeira

PTRES	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA 0138				
7185		RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADE	SALDO
F	SUPORTE OPERACIONAL				
0138227240					
33901400	DIARIAS NO PAIS	6.688,12	6.627,17	6.627,17	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	2.690,00	2.690,00	2.190,00	500,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			1.840,00	500,00
33903025	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	0,00	0,00	350,00	0,00
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	26.716,44	17.156,72	14.965,40	2.191,32
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			14.965,40	2.191,32
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			0,00	0,00
33903600	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.115,00	2.386,00	2.386,00	0,00
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.885,00	15.885,00	8.285,00	7.600,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			0,00	0,00
33903962	SERVIÇO PRODUÇÃO INDUSTRIAL			0,00	7.600,00
33903963	SERV.GRÁFICOS E EDITORIAIS			625,00	0,00
33903980	HOSPEDAGENS			7.260,00	0,00
33903997	DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			400,00	0,00
	TOTAL DA AÇÃO	55.094,56	44.744,89	34.453,57	10.291,32

A Tabela acima denominada “Detalhamento da execução orçamentária/financeira”, demonstra a execução de despesas administrativas necessárias para acompanhamento/supervisão das metas físicas relativas ao Programa em cujas ações não existam recursos próprios para custeio. Conforme já descrito nas respectivas páginas, referidas ações exigiram deslocamento de técnicos a diversos municípios bem como para outros Estados da Federação, ora na condição de instrutores ora na condição de membro de grupos de trabalhos. Em geral os recursos das ações denominadas GAP, suporte dos programas finalísticos, não são descentralizados em um só montante no início do exercício em função dos contingenciamentos anuais, que em 2010 ocorreu através do Decreto 7144/2010. Essa limitação obriga os gestores a mensalmente, readequar suas atividades e respectivos orçamentos, para atendimento das despesas fixas contratuais imprescindíveis para concretização das metas (locação/manutenção de viaturas, aquisição de combustíveis, publicações, GPS ,etc) quando o ideal seria que no início de cada exercício já estivesse garantido no mínimo, recursos para 6 meses desses serviços.

Também ressalte-se que é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais ou outros servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	3	Servidor	71	37	52,11%	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
67.237,00	69.101,32	54.311,38	78,59	51.361,38	74,32	51.361,38	74,32

Fonte: SIAFI

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

No INCRA, o programa de desenvolvimento de pessoal está sendo implementado no sentido de desenvolver as competências mapeadas e constantes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011, de forma coletiva, com a efetiva participação das Superintendências Regionais

à luz das diretrizes estratégicas, visando o aperfeiçoamento contínuo dos servidores em suas respectivas áreas de atuação, observando as prioridades determinadas.

Em 2010, A Superintendência viabilizou oportunidades de capacitação para 37 servidores em diversos tipos de treinamento/reciclagem, com carga horária total de 548 horas.

Tabela de detalhamento da execução física

	Quant servidores	Curso
	1	Encontro Nacional de Gestão de Pessoas
	1	Curso sobre SIAFI GERENCIAL
	2	Oficina sobre concessão de aposentadoria e pensão com ênfase no sistema SIAPE/SIAPECAD e SISAC
	2	Treinamento em Tomadas de Contas Especial-TCE
	2	III Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
	3	Oficina de Capacitação para Asseguradores do Pronera
	11	Encontro Estratégico de Gestão- Proposta para 2011
	15	Capacitação de condutores de veículos
	37	Total

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	fam	642	3.925	611,37%	

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
71.900,00	177.379,16	173.579,15	97,85	173.579,15	97,85	173.579,15	97,85

Fonte: SIAFI

A ação em pauta é executada através de convenio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Agrário e a CONAB com vistas à distribuição de cestas básicas em acampamentos. No Estado da Paraíba, coube à Superintendência Regional, sob a coordenação do Ouvidor Agrário, a distribuição de 3 cestas em 87 acampamentos, iniciada com duas cestas para 3668 e a ultima, para 3925 famílias acampadas, conforme demonstrativo.

Detalhamento da Meta física

Nº ordem	Município	Territórios da Cidadania	Nome do Acampamento	Nº Famílias · Cadastradas JAN-2009	Entre gue 2 cestas JUN HO	Entre gue 1 cesta DEZ	Previsão jan-2011	Moviment ação fam
1	Alagoa Grande	FORA	Engenho do Meio	20	40	20	20	0
2	Alagoa Grande	FORA	Usina Tanques	120	240	120	120	0
3	Alagoinha	FORA	Alagoinha	12	24	12	12	0
4	Aparecida	FORA	Angélica II	29	58	29	29	0
5	Aparecida	FORA	Floresta	0	0	29	29	29
6	Aparecida	FORA	Santa Clara	41	82	41	41	0
7	Aparecida	FORA	São Lourenço/São Domingos/STR de Aparecida	0	0	0	25	25
8	Aparecida	FORA	Várzea de Sousa /Nova Vida I	52	104	52	52	0
9	Aparecida	FORA	Verdes	31	62	31	31	0
10	Araruna	FORA	Acampamento Girau	9	18	9	9	0
11	Bananeiras	FORA	Olga Benário da Faz. Carvalho	15	30	15	15	0
12	Barra de São Miguel	FORA	Poço ou Santana	33	33	31	31	-2
13	Bonito de Santa Fé	FORA	Maria Bonita	85	170	50	50	-35
14	Boqueirão	FORA	Quebra Kilos	35	70	45	45	10
15	Boqueirão	FORA	Trincheiras	38	76	38	0	-38
16	Cabaceiras	FORA	Jacaré	0	0	30	30	30
17	Cajazeiras	FORA	Boa Conquista	38	76	38	38	0
18	Cajazeiras	FORA	Lagoa do Arroz	31	62	31	31	0
19	Cajazeiras	FORA	Miranda	0	0	0	15	15
20	Cajazeiras	FORA	Nossa Senhora Aparecida	11	22	11	11	0
21	Campo de Santana	FORA	José Monteiro	32	64	24	24	-8
22	Catolé do Rocha	FORA	São Miguel	0	0	0	35	35
23	Coremas	FORA	05 de março (ou 7 de abril?)	40	80	40	40	0
24	Diamante	FORA	Cabanos	30	60	46	21	-9
25	Diamante	FORA	Lampião	37	74	11	13	-24
26	Diamante/ Ibiara	FORA	As margens do açude Diamante/Ibiara	131	262	110	123	-8
27	Emas	FORA	Paz e Amor	60	120	40	40	-20
28	Gurinhém	FORA	Jucá	15	30	15	15	0

29	Ibiara	FORA	Dona Judite	0	0	54	50	50
30	Itaporanga	FORA	Área da Maconha	5	10	5	2	-3
31	Juarez Távora	FORA	Keno/Bebedouro	25	50	24	24	-1
32	Juarez Távora	FORA	Fazenda Quirino/Caiçara/Olinda	30	60	30	30	0
33	Lagoa	FORA	Sabiá	81	162	81	81	0
34	Lagoa	FORA	Cantinho	42	84	0	0	-42
35	Lastro	FORA	Jerimum	64	128	64	64	0
36	Logradouro	FORA	Antonio Joaquim	15	30	15	15	0
37	Manaira A Santana de Mangueira	FORA	Acampamento Novo	0	0	90	100	100
38	Mogeiro	FORA	Salgadinho	30	60	30	30	0
39	Mulungu	FORA	Ipueira	15	30	15	15	0
40	Mulungu	FORA	São José	18	18	18	18	0
41	Mulungu	FORA	Fazenda Gomes	0	0	20	20	20
42	Olho D'água	FORA	Santana e Madeira	0	0	20	20	20
43	Piancó	FORA	Novo Piancó	45	90	35	35	-10
44	Pocinhos	FORA	1 de Maio	0	0	20	20	20
45	Poço Dantas-Bernardino Batista	FORA	Acampamento Novo Bernardino Batista	0	0	120	120	120
46	Pombal/Lagoa	FORA	Santa Monica	62	124	0	0	-62
47	Princesa Isabel	FORA	Quilombo do Livramento	38	76	30	30	-8
48	Santa Cruz	FORA	Serra Comissário/Agreste	28	56	28	28	0
49	Santa Helena	FORA	Estrela (Fazenda Estrela)	23	46	23	23	0
50	Santana dos Garrotes	FORA	Nova Santana	40	80	40	40	0
51	São Domingos de Pombal	FORA	Carlos Marighela	45	90	30	40	-5
52	São José da Lagoa Tapada	FORA	Bom Destino (ex-Morada Nova)	66	132	66	66	0
53	São José da Lagoa Tapada	FORA	Caldas	53	106	53	53	0
54	São José da Lagoa Tapada	FORA	Morada Nova – Faz. Morada Nova	101	202	101	101	0
55	São José da Lagoa Tapada	FORA	Poço dos Cavalos	35	70	35	35	0
56	Soledade	FORA	Mangueiral	0	0	40	108	108
57	Sousa	FORA	Emiliano Zapata	40	80	40	40	0
58	Sousa	FORA	Isabel Cristina	48	96	48	48	0
59	Sousa	FORA	Renascer/Pau D'arco	40	80	40	40	0
60	Tavares	FORA	Paraíso	18	36	0	0	-18
61	Uirauna	FORA	Penha	0	0	75	65	65
			sub-total FORA dos Territórios da Cidadania	1952	3853	2208	2306	354
1	Algodão de Jandaira	T-BORBOREMA	Serra Preta	0	0	10	10	10
2	Caapora	T-MATA SUL	Ouro Verde da (Fazenda Alvorada)	57	114	45	50	-7
3	Camalaú	T-CARIRI OCIDENTAL	Quilombo (Fazenda Ipueira)	16	32	16	13	-3
4	Campina Grande	T-BORBOREMA	Quixaba	41	82	41	41	0
5	Campina Grande	T-BORBOREMA	Acampamento Novo (PA JOSE	0	0	45	45	45

			ANTONIO EUFROUSINO)					
6	Casserengue	T-BORBOREMA	25 de Julho	15	30	15	15	0
7	Casserengue	T-BORBOREMA	Acampamento Novo	0	0	0	40	40
8	Catingueira	T-MÉDIO SERTÃO	Inácio da Catingueira	145	290	140	145	0
9	Condado	T-MÉDIO SERTÃO	Nova Conquista Fazenda São Vicente	40	80	35	35	-5
10	Conde	T-MATA SUL	Acampamento Novo	0	0	30	32	32
11	Cruz do Espírito Santo	T-MATA NORTE	AGASSA-BTG	0	0	50	50	50
12	Cruz do Espírito Santo	T-MATA NORTE	Da Paz	0	0	50	50	50
13	Cruz do Esto Santo/Sapé	T-MATA NORTE	Santa Luzia	2	4	2	2	0
14	Damião	T-CURIMATAÚ	Solidão	69	138	69	69	0
15	Desterro	T-MÉDIO SERTÃO	Novo Desterro	50	100	35	50	0
16	Esperança	T-BORBOREMA	Carlos Marighela/Capeba	15	30	10	10	-5
17	Gurinhém/Mari	T-MATA NORTE	Pequena Vanessa	25	50	25	25	0
18	Imaculada	T-MÉDIO SERTÃO	Nova Palmeira	50	100	68	68	18
19	Imaculada	T-MÉDIO SERTÃO	Valmir Mota	38	76	20	20	-18
20	Itabaiana	T-MATA SUL	Pau Brasil – Imóveis Faz. Bela Vista e Faz. Barra	22	44	14	14	-8
21	Itabaiana	T-MATA SUL	Santa Clara	30	60	30	30	0
22	Itabaiana	T-MATA SUL	Linda Flor	0	0	30	30	30
23	Jacaraú	T-MATA NORTE	São José	15	30	0	0	-15
24	João Pessoa	T-MATA SUL	Ponta de Gramame	21	42	21	21	0
25	Juripiranga	T-MATA SUL	Boa Esperança	50	100	45	45	-5
26	Livramento	T-CARIRI OCIDENTAL	Lagoa do Juá	35	70	30	25	-10
27	Monteiro	T-CARIRI OCIDENTAL	Xique Xique (Manga da Coruja)	50	100	40	40	-10
28	Patos	T-MÉDIO SERTÃO	Ana Patricia	216	432	135	140	-76
29	Patos/Santa Terezinha	T-MÉDIO SERTÃO	Irmã Dorothy	130	260	43	50	-80
30	Patos/São José do Bonfim	T-MÉDIO SERTÃO	João Pedro Teixeira	95	190	50	0	-95
31	Pedras de Fogo	T-MATA SUL	Fazenda Lucinéia	0	0	15	15	15
32	Pilar	T-MATA SUL	Prato Cheio	10	20	10	10	0
33	Pilões	T-BORBOREMA	Josué de Castro da Fazenda Pasta	10	20	10	10	0
34	Pitimbu	T-MATA SUL	Marinas	21	42	20	20	-1
35	Prata	T-CARIRI OCIDENTAL	Quitéria do Angico	40	80	35	38	-2
36	Remígio	T-BORBOREMA	Carlos Lamarca	20	40	25	25	5
37	Rio Tinto	T-MATA NORTE	Ilha Aritingui	27	27	27	26	-1
38	Santa Rita	T-MATA NORTE	Sítio Tambauzinho	30	30	30	30	0
39	Santa Rita	T-MATA NORTE	Padre Afonso	0	0	23	0	0
40	Santa Terezinha	T-MÉDIO SERTÃO	Erivaldo Alves	77	154	43	50	-27

41	São José da Mata-Campina Grande	T-BORBOREMA	Acampamento Novo	0	0	50	0	0
42	São José do Bonfim	T-MÉDIO SERTÃO	Chico Mendes	20	40	50	50	30
43	São José do Bonfim	T-MÉDIO SERTÃO	Eldorado dos Carajás da Faz. Urtiga	28	56	28	28	0
44	São Mamede	T-MÉDIO SERTÃO	Nossa Senhora Aparecida II	34	68	22	22	-12
45	Sapé	T-MATA NORTE	Antônio Joaquim (Novo Sapé)	25	50	25	25	0
46	Sapé	T-MATA NORTE	Antas	23	23	23	23	0
47	Serraria	T-BORBOREMA	Celso Furtado (Engenho Martins)	30	60	30	30	0
48	Solânea	T-BORBOREMA	Zé Luciano	0	0	35	50	50
49	Taperoá/Livramento	T-CARIRI OCIDENTAL	José Operário	78	156	50	55	-23
50	Teixeira	T-MÉDIO SERTÃO	Riacho Verde	16	32	22	22	6
			sub-total Territórios da Cidadania	1716	3352	1717	1694	-22
111			Total	3668	7205	3925	4000	332

A Superintendência Regional disponibiliza 1 caminhão e 2 equipes de servidores sendo cada equipe um motorista e um técnico, este responsável pela coordenação da entrega. Eventualmente, o Ouvidor fiscaliza os acampamentos através de verificação “*in loco*”, para constatar a existência dos acampamentos e o volume de ocupantes.

A ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 7144/10, observando apenas que parte dos recursos utilizados no valor de R\$ 36.697,42, refere-se ao Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, objeto de acordo entre as Diretorias, haja vista que as finalidades guardam similaridade

PTRES	ASSISTENCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURIDICA FAM ACAMPADAS				
001639		RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO RESTOS A PAGAR
C 1120210944	SUPORTE OPERACIONAL -CESTAS BÁSICAS - TERRITÓRIO				
33901400	DIARIAS NO PAIS	46.000,00	45.681,31	45.681,31	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	6.000,00	6.000,00	0,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			6.000,00	0,00
33903039	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			0,00	0,00
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			0,00	0,00
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			10.000,00	0,00
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00	2.205,00	2.205,00	0,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			0,00	0,00
33903996	OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903997	DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			2.205,00	0,00
	SUB-TOTAL	65.000,00	63.886,31	63.886,31	0,00

O 1120210944	SUPORTE OPERACIONAL-CESTAS BÁSICAS - JURISDIÇÃO				
33901400	DIARIAS NO PAIS	49.000,00	46.464,42	46.464,42	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00	7.500,00	7.500,00	0,00
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			7.500,00	0,00
33903039	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			0,00	0,00
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	3.000,00	3.000,00	3.000,00	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			0,00	0,00
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			3.000,00	0,00
33903600	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	2.124,00	2.124,00	2.124,00	0,00
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			0,00	0,00
33903996	OUTROS SERV.DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903997	DESPESAS COM TELEPROCESSAMENTO			5.000,00	0,00
	SUB-TOTAL	66.624,00	64.088,42	64.088,42	0,00
	TOTAL CESTA BÁSICA	131.624,00	127.974,73	127.974,73	0,00

Fonte: Siafi

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade	7	0		

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
200.560,00	121.247,90	98.210,71	80,99	64.475,71	53,17	64.475,71	53,17

Fonte: SIAFI

De acordo com o PPA-2008-2011, o Programa Brasil Quilombola tem como objetivo específico, assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

O cumprimento da meta global acima exige execução de atividades e produtos intermediários, sob responsabilidade direta da ação ora comentada, sendo as principais descritas na Tabela a seguir para melhor entendimento:

Tabela de Detalhamento da Meta Física

PRINCIPAIS ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2010		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Relatório Técnico –RTID- Publicado	Relatorio	1	5	0	0	1	5
Portaria de Reconhecimento	Família	0	0	0	0	0	0
	ha	0	0	0	0	0	0
Decreto	und	0	0	0	0	0	0
Vistoria realizada	Portaria	0	0	0	0	0	0
	ha	0	0	0	0	1	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Das atividades acima, a elaboração e publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID (composto por sete peças que abrangem informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, históricas, socioeconômicas e levantamento da cadeia dominial) é o que demanda maior complexidade, custo e tempo, quer na coleta de dados no campo, quer nas pesquisas (arquivos, bibliotecas e cartórios) e em sua redação.

Ultrapassada esta fase, ocorre a publicação da Portaria de Reconhecimento, por parte da presidência do INCRA, a publicação do Decreto de Desapropriação e a Vistoria e Avaliação dos imóveis incidentes no perímetro do território, para fins de pagamento de benfeitorias. Em 2010 foi realizada a vistoria e avaliação do imóvel Bonfim, município de Areia, inserido no Território da Borborema, com 122,1100ha, para benefício de 22 famílias, cuja obtenção final deverá ser completada em 2011, após pagamento das indenizações.

No Estado da Paraíba encontram-se 33 comunidades auto-reconhecidas pela Fundação Palmares, destas, constam na Superintendência Regional da Paraíba, 23 processos abertos a pedido das comunidades, e destes 9 em estágio mais avançados para regularização.

N ordem	Nome da comunidade/Imóvel	Município	Nome do Território	nº fam	Área RTID (ha)	Situação 2010
---------	---------------------------	-----------	--------------------	--------	----------------	---------------

1	Engenho Bonfim	Areia	Borborema	22	122,11	Iniciado processo de indenização, em fase de Ajuizamento da Ação de Desapropriação.
2	Negra do Matão	Gurinhém/Mogeiro	Jurisdição SR	28	214,00	Sub-judice
3	Comunidade Urbana de Serra do Talhado	Santa Luzia	Médio Sertão	200	20,00	Em processo de publicação de RECONHECIMENTO de Portaria
4	Pedra D'Água	Ingá	Jurisdição SR	120	132,40	RTID publicado em 2010.
5	Grilo	Riachão do Bacamarte	Jurisdição SR	80	142,00	RTID em andamento para PUBLICAÇÃO
6	Comunidade Negra de Paratibe	João Pessoa	Zona da Mata Sul	100		RTID em andamento para PUBLICAÇÃO
7	Caiana dos Crioulos	Alagoa Grande	Jurisdição SR	140	1088,00	RTID em andamento para PUBLICAÇÃO
8	Barreiros	Coremas	Jurisdição SR	54		RTID em andamento para PUBLICAÇÃO
9	Comunidade Negra de Mãe D'Água	Coremas	Jurisdição SR	125		RTID em andamento para PUBLICAÇÃO
1	Comunidade Mituaçu	Conde	Zona da Mata Sul	225		Processo aberto- pedido Reintegração de Posse, movido contra a Comunidade.
2	Pitombeira	Várzea	Médio Sertão	50		Processo Aberto. Realização de Reunião na Comunidade.
3	Curralinho/Jatobá	Catolé do Rocha	Jurisdição SR	38		Processo Aberto. Realização de Reunião na Comunidade.
4	Sítio Vaca Morta	Diamante	Jurisdição SR	?		Processo Aberto. Realização de Reunião na Comunidade.
5	Comunidade Negra Sítio Matias	Serra Redonda	Borborema	50		Processo Aberto.
6	Comunidade Negra de Gurugi	Conde	Zona da Mata Sul	253		Processo Aberto.
7	Comunidade Negra de Santa Tereza	Coremas	Jurisdição SR	150		Processo Aberto.
8	Comunidade Negra Contendas	São Bento	Jurisdição SR	38		Processo Aberto.
9	Serra do Talhado	Santa Luzia	Médio Sertão	40		Processo Aberto.
10	Umburaninhas	Cajazeirinhas	Jurisdição SR	?		Processo Aberto.
11	Vinhas	Cajazeirinhas	Jurisdição SR	?		Processo Aberto.
12	Comunidade Ipiranga	Conde	Zona da Mata Sul	?		Processo Aberto.
13	Engenho Mundo Novo	Areia	Borborema	?		Processo Aberto.
14	Barra de Otis	Diamante	Jurisdição SR	?		Processo Aberto.
15	Sítio Livramento	São José da Princesa	Jurisdição SR	39		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
16	Cruz da Menina	Santa Inês	Jurisdição SR	?		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
17	Lagoa Rasa	Catolé do Rocha	Jurisdição SR	32		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
18	Domingos Ferreira	Tavares	Jurisdição SR	90		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
19	Sussuarana	Livramento	Cariri Ocidental	?		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
20	Areia de Verão	Livramento	Cariri Ocidental	?		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares

21	Vila Teimosa	Livramento	Cariri Ocidental	?		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
22	Serra Feia	Cacimba	Médio Sertão	150		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
23	Fonseca	Manaíra	Jurisdição SR	?		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares
24	São Pedro dos Miguéis	Catolé do Rocha	Jurisdição SR	38		Auto Reconhecida pela Fundação Palmares

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Outras atividades Desenvolvidas:

- Participação e Organização dos Eventos:

- “Terra-Território” realizado em 08/2010 em parceria com a UFPB; e
- V Encontro de Comunidades Quilombolas da Paraíba em 11/2010.

Principais Dificuldades

- 1 – Dificuldade de viabilizar a contratação de relatórios antropológicos de forma a diminuir o passivo existente no Setor;
- 2 – Necessidade de redimensionamento da equipe de trabalho;
- 3 – Entraves ao andamento dos processos devido a dificuldade na obtenção de informações externas provenientes dos demais entes federativos, instituições, etc.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	OP	3	Há	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	410.502,36	410.502,36	100	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

O cumprimento da meta referente à ação em pauta resulta diretamente do resultado da ação de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de áreas remanescentes de Quilombos, comentada anteriormente. Desta forma, finalizado todos os trâmites burocráticos/legais sob responsabilidade da Superintendência Regional, em 2010 foi possível o empenho de recursos referente a indenização da área denominada Engenho do Bonfim, município de Areia, com 22 famílias, com área de 122,11 ha, procedimentos que darão início a titulação efetiva das famílias, tornando-se um marco de conquista dessas comunidades.

Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional formado	117	116	99,14	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
518,440,00	60.000,00	59.777,17	99,62	59.777,17	99,62	59.777,17	99,62

Fonte: SIAFI

Antecedentes:

A meta da presente ação é resultado de um Convenio executado diretamente pela Superintendência e os outros dois executados através de destaque. O primeiro trata sobre Convênio plurianual firmado em 2008, com a Cooperativa-escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa Ltda- EAFS para o Curso Técnico Integrado em Agropecuária e Curso Técnico em Agroindústria Concomitante com o Ensino Médio para Assentados da Reforma Agrária, cuja oferta inicial indicava a formação de 50 alunos de assentamentos de reforma agrária dos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, finalizados em 2010, com total de 17 alunos.

O pacto inicial em 2008 tratava sobre a formação de cinquenta alunos. Durante a execução do convenio ocorreram desistência de quinze e a reprovação de outros sete alunos, (embora os recursos tenham sido utilizados), finalizados em 2010 com 28 concluintes, conforme Tabela de Detalhamento da meta física abaixo. Desta forma, considera-se que a meta pactuada foi executada, porém não com a efetividade almejada, inclusive porque as situações de desistências/evasões, motivadas por diversos fatores, estranhos ao controle e esforço da equipe pedagógica e da coordenação, são consideradas normais para os padrões regionais.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

EXERCÍCIO	META INICIAL	DESISTENTES	REPROVADOS	CONCLUINTE	SALDO PROXIMO EXERCÍCIO
	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
2008	50	5	5	0	40
2009	40	10	2	11	17
2010	17	0	0	17	0
TOTAL	50	15	7	28	0

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Além do convênio executado orçamentariamente por esta Superintendência, existem dois cursos superiores de Licenciatura: em História em parceria com o Incra/Sede e a Universidade Federal da Paraíba, através de Destaque Orçamentário, supervisionados por esta Superintendência Regional, conforme Tabelas a seguir. A execução e acompanhamento seguem a mesma lógica do convênio anteriormente comentado.

TABELA 36 -
HISTÓRIA

EXERCÍCIO	META INICIAL	DESISTENTES	REPROVADOS	CONCLUINTE	SALDO PROX EXERCÍCIO
-----------	--------------	-------------	------------	------------	----------------------

	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
2008	60	3	0	0	57
2009	57	6	0	0	51
2010	51	0	0	0	51
2011	51				
TOTAL	60	9	0	0	51

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

TABELA 37 -
PEDAGOGIA

EXERCÍCIO	META INICIAL	DESISTENTES	REPROVADOS	CONCLUINTE	SALDO PROX EXERCÍCIO
	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
2008	59	1	0	0	58
2009	51	3	0	0	48
2010	48	0	0	0	48
2011	48				
TOTAL	59	11	0	0	48

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Principais resultados:

As tabelas acima demonstram as situações a serem compreendidas, preliminarmente, à análise sobre a execução da meta, seja do ponto de vista orçamentário e/ou de efetividade.

É de extrema importância a inserção da escola nas áreas de assentamento e vice-versa, através da participação de professores e alunos assentados em visitas técnicas e de intercâmbio. Com a implantação de campos experimentais que aos poucos se delineiam os educandos têm a chance de captar/vivenciar a realidade dos assentamentos da reforma agrária e da EAFS, o que propicia uma particular troca de saberes entre o popular e o científico. Como resultado, tais profissionais certamente formularão novos conceitos e atitudes com relação às políticas públicas educacionais mais eficazes que possibilitem um desenvolvimento mais harmônico, sustentável e ecologicamente correto, valorizando a agricultura familiar e dando condições para permanência do homem no campo

Constatou-se ainda que através desta parceria e com recursos relativamente pequenos, obteve-se uma extraordinária relação custo/benefício, uma vez que as convenientes dispõem de ótima estrutura física e de um corpo docente altamente qualificado e sensibilizado com as questões da Reforma Agrária. O resultado é uma excelente formação dos alunos beneficiários, com resposta favorável para o desenvolvimento sustentável das áreas de assentamento e da agricultura familiar. Os alunos aumentam, através da qualificação profissional, suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ao retornarem para suas comunidade, promovem mudanças qualitativas.

O acompanhamento e supervisão do Convênio cumprem os seguintes critérios:



Visitas realizadas *in loco*;



Aplicação de formulário de avaliação do curso/etapa pelos próprios alunos;



Fiscalização das contratações junto aos fornecedores;



Relatório de atividades, contendo a avaliação da execução das etapas, tabulação dos formulários de avaliação do curso pelos alunos, checagem da relação nominal dos educandos entrevistados;



Análise formal da prestação de contas pelo setor de convênios.

No entender da Superintendência, os maiores avanços ocorreram a partir da realização dos cursos através de “Destaque Orçamentário”, pois evita os transtornos decorrentes da não liberação de recursos financeiros devido a problemas nas prestações de contas de parcelas, que em função disso, acarretava descontinuidade da ação.

2.3.7.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
30.000,00	169.160,00	131.399,98	77,67	109.842,28	64,93	109.842,28	64,93

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP, visa o suporte para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para a concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos para gestão foram utilizados para o acompanhamento e supervisão do convênio CRT/PB00028/2008 relativo ao Curso Técnico Agrícola nível médio, bem como para os dois cursos superiores de Licenciatura em História e em Pedagogia, realizados através de Destaque Orçamentário, porém, acompanhado por esta superintendência.

Observa-se ainda que a ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido em 2010.

A regular disponibilidade de recursos, aliada à redução da quantidade de convênios anteriormente acompanhados, permitiu aos asseguradores do Pronera, no exercício de 2010, a adequada supervisão dos três cursos acima referidos, o que se traduziu em uma melhoria para os mesmos, em decorrência de um maior contato INCRA/Instituição de Ensino/Educandos assentados.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Fam	2930	7473	255,18	7436

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.342.157,00	3.273.598,25	3.241.147,81	99,00	352.183,59	10,75	352.183,59	10,75

Fonte: SIAFI

Tabela de Detalhamento da Meta Física

ATIVIDADES	UNID	INICIADAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INICIADAS NO EXERCÍCIO DE 2010		TOTAL	
		CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDAS	EM EXECUÇÃO
Serviço de Assistência Técnica	Fam	1656	5821	4	1615	1660	7436
	Pa	47	109	0	36	47	145
Elaboração de PDA	Fam	327	1182	0	0	327	1182
	Pa	6	34	0	0	6	34
Elaboração de PRA	Fam	0	1216	0	0	0	1216
	Pa	0	25	0	0	0	25

Fonte: SIR-Módulo Monitoramento

Tabela Contratos em execução

PRESTADORAS	ATES					PDA						PRA			
	fam em execu ^{ção} 2009	fam exclui da 2010	fam inclui da 2010	fam execu ^{ção} para 2011	PA's	fam em execu ^{ção} 2009	PA's	fam executado 2010	PA's	fam execu ^{ção} para 2011	PA's	fam em execu ^{ção} 2009	PA	fam execu ^{ção} para 2011	PA's
Territórios															
AGEMTE MATA NORTE	1950	12	168	2106	27	155	3	85	1	70	2	276	4	276	4
COONAP	1434	709	493	1218	25	374	13	89	2	285	11	91	3	91	3
CONSPLAN	1252	50	266	1468	22	201	3	73	1	128	2	301	5	301	5
COOPAGEL(Con trato encerrado)	672	676	4	0	0	190	5	0	0	190	5	29	1	29	1
SUB-TOTAL	5308	1447	931	4792	74	920	24	247	4	673	20	697	13	697	13
Jurisdição															
AGEMTE BREJO	1257	30	204	1431	37	42	1	0	0	42	1	519	12	519	12
COONAP	62	0	241	303	8	62	2	0	0	62	2	0	0	0	0
COOPAGEL(Con trato encerrado)	147	147	0	0	0	114	3	0	0	114	3	0	0	0	0
CAAASP	699	32	243	910	26	371	10	80	2	291	8	0	0	0	0
SUB-TOTAL	2165	209	688	2644	71	589	16	80	2	509	14	519	12	519	12
TOTAL	7473	1656	1619	7436	145	1509	40	327	6	1182	34	1216	25	1216	25

Antecedentes

O cumprimento desta ação quanto aos valores e critérios estão fixados através da NE/INCRA/ nº 71/2008, e Manual de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES.

As primeiras ações da Superintendência Regional com vistas à prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, tiveram início através de convênios plurianuais, período de 2004 a 2007.

Neste período, no transcorrer da execução das atividades do plano de trabalho das convenientes, várias dificuldades, entraves e intercorrências foram aflorados, de modo a não ser possível atingir os objetivos pactuados, quais sejam:

Por parte das entidades: incapacidade operacional; atendimento limitado aos créditos produtivos (PRONAF), secundarização do caráter social, ambiental e cultural dos serviços de ATES; falta de planejamento na elaboração dos planos de trabalhos; problemas de prestação de contas;

Por parte do INCRA, monitoramento/supervisão intempestivo das ações executadas pelos Núcleos Operacionais; carência de recursos humanos do Setor, tanto quanto à capacidade técnica, quanto ao quantitativo; ação relegada à prioridade secundária; vulnerabilidade/incerteza no aprovisionamento de recursos financeiros para assegurar o fluxo dos serviços de ATES, etc.

Consequências

As problemáticas expostas nos antecedentes (2004/2007) proporcionaram consequências graves, prejudicando, sobremaneira, as famílias assentadas, citando-se, por exemplo: descontinuidade dos serviços de ATES, em razão das interrupções periódicas na liberação de recursos; falta de orientação pautada em práticas voltadas ao paradigma agroecológico; interrupção de projetos produtivos; migração de várias famílias para a ATER - Assistência Técnica do PRONAF-A; aumento do passivo de regularização ambiental, sobretudo, em função da não contratação de PDA/PRA (metas de outros Programas/Ações à época); diminuição abrupta do número de famílias assistidas, pois iniciou, em 2004, com 8.628 famílias e findou 2007 com apenas 2.387 famílias. Portanto, as famílias assentadas no Estado da Paraíba tiveram uma trajetória negativa, no que concerne à política de assistência técnica.

Esses e outros fatores dificultosos, identificados na maioria das outras 30 Superintendências Regionais, contribuíram para que o PPA 2008-2011 contemplasse Programa específico com essa natureza, incluindo a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e de Recuperação de assentamentos como produtos dos Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES.

Diante dessa retrospectiva, a estratégia da Superintendência Regional, em 2008 foi pela reestruturação/readequação do Setor e elaboração de um plano de trabalho, que culminou com a mudança do instrumento de parceria. Foi abandonado o modelo outrora vigente (*convênio*) e adotada a modalidade de *contrato*, através de processo licitatório. Simultaneamente, os termos do Acórdão 2633/2007, acarretaram demanda de tempo considerável para análise do diagnóstico ambiental, formação de banco de dados e elaboração do complexo Edital de Licitação e os seus trâmites legais.

No final do exercício financeiro de 2008, foram contratados os serviços de assessoria técnica para 6.892 famílias, de 146 PA's, elaboração de 12 PDA's e 15 PRA's, a serem executados em 2009.

Os recursos de 2009 asseguraram, através de Termos Aditivos, a continuidade dos serviços de ATES para 6.799 famílias, contratação para mais 678 famílias e elaboração de mais 12 PDA's e 15 PRA's, a serem executados em 2010.

Salienta-se ainda que no ano de 2010 foi sancionada a Lei 12.188 em 11 de janeiro que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e define os princípios e os objetivos dos serviços de ATER, que entre outras coisas, altera a forma de contratação e de acompanhamento da ação, porém, apenas em 15 de junho de 2010 foi publicado o decreto 7.215/2010 que regulamentou a lei 12.188, sucedidos de uma série de portarias, notas técnicas e orientações para procedimentos de contratação através deste novo marco legal. De

fato as primeiras tentativas de contratação neste novo modelo, ou seja através da chamada pública, só se iniciaram a nível nacional, em poucos Estados, e apenas no final do exercício de 2010. Na Paraíba o processo de chamada pública foi iniciado no final de 2010, devendo ser concluído nos primeiros meses do ano de 2011.

É importante ressaltar que a indefinição por longo período para regulamentação da Lei 12.188, e dos posteriores normativos, causou grandes desgastes e transtornos, além de insegurança junto as entidades prestadoras de serviço de ATES e dos servidores do INCRA.

Principais resultados

Foram iniciados em 2010 a prestação dos serviços para um número de 7.473 famílias, ao longo do exercício, por motivos de exclusão, houve um decréscimo de 1.656 famílias da previsão inicial. Após os ajustes realizados no exercício, inclusive com a inclusão de 1.619 novas famílias atendidas pelos contratos vigentes, encerramos o exercício com uma execução de 7.436 famílias atendidas por ATES.

Importa ressaltar o recebimento dos 15 PDA's e 6 PRA's, dos quais 6 PDA's foram aprovados e os demais em perspectiva de aprovação, instrumentos que possibilitarão as Licenças de Instalação e Operação LIO's dos projetos de assentamento, metas assumidas por esta Superintendência Regional no Plano de Ação Ambiental encaminhado ao TCU em 2009, em cumprimento ao Acórdão 2633/2007.

Em consonância com a política de Desenvolvimento Territorial, importa registrar que os serviços de ATES e/ou elaboração de PDA's/PRA's, atenderam cerca de 67,0% das famílias assentadas nos Territórios da Cidadania.

A meta de 2010 é motivo de festejo, oportunizando as famílias o acesso a informações/orientações, articulação com outros agentes fomentadores de políticas públicas, de parcerias nos meios de produção e geração de trabalho e renda, melhoria na relação organizativa e associativa da comunidade, compreensão sobre a relação de gênero, dentre outras oportunidades.

A forma sistemática e continuada no monitoramento/supervisão dos atuais contratos é fator preponderante para o êxito/cumprimento das obrigações pactuadas com as prestadoras dos serviços, não gerando passivos, nem prejuízos ao erário, vez que a supervisão é realizada mensalmente e atestada consoante comprovação das atividades programadas e efetivamente executadas.

Ainda no exercício de 2010 foi realizada pesquisa de Avaliação sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos, que organizou um conjunto de indicadores e dados sobre o desenvolvimento dos assentamentos de todos os estados brasileiros referentes a aspectos sócio-econômicos, institucionais, ambientais, dentre outros.

O processo de seleção dos PA's, se deu por meio de amostragem, bem como do número de famílias a serem entrevistadas foi feito pelo Incra Sede/BSB. Na Paraíba, o universo da pesquisa foi de 410 famílias, em 33 projetos de assentamento, em 04 regiões do estado.

A execução dos trabalhos, no Estado, foi coordenada por servidores do serviço de ATES e a aplicação dos questionários foi feita com servidores do INCRA em conjunto com técnicos dos Núcleos Operacionais, enquanto que o processo de digitação e tabulação dos dados, após os levantamentos de campo, ficou a cargo da equipe de coordenação e de profissionais terceirizados.

Antes da aplicação dos questionários foi realizada capacitação, com os 11 técnicos envolvidos (06 técnicos do Incra e 05 dos Núcleos Operacionais), com o objetivo de se fazer um nivelamento geral da importância da pesquisa e dos trabalhos a serem realizados; determinação das famílias entrevistadas, através da RB; detalhamento do questionário; aplicação prática dos questionários, em forma de exercício, no PA Santa Cruz; resolução de dúvidas e elaboração de cronograma de trabalho para aplicação dos questionários nos PA's do espaço amostral.

A aplicação dos questionários foi feita por cinco equipes, mesclando técnicos do Incra e Técnicos dos Núcleos Operacionais. Logo em seguida, após a sistematização dos relatórios, por

parte das equipes de entrevistadores, foram realizados os trabalhos de inserção dos dados em sistema eletrônico, mediante cadastramento de cada digitador e sob a inspeção da equipe de Coordenação/Supervisão.

Atualmente, grande parte das informações geradas já foi objeto de divulgação, por meio do site oficial do órgão, aguardando apenas a consolidação dos dados de alguns parâmetros.

Principais Problemas

1- Atraso na entrega e aprovação dos PDA`s/PRA`s contratados, dificultando o licenciamento de projetos de assentamento, objeto do acórdão do TCU, nº2633/2007, em função de:

- a) Intempéries- As fortes chuvas ocorridas nos projetos de assentamento dificultaram/afetaram a coleta de dados necessários aos diagnósticos, especialmente do meio físico: coletas de solo, estudo de fauna/flora, identificação de áreas degradadas;
- b) Falta de pessoal qualificado para análise e avaliação dos Planos;
- c) Ausência de uma política permanente de capacitação/atualização;

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
132.971,00	337.220,34	326.841,45	96,92	315.915,40	93,68	315.915,40	93,68

Fonte: SIAFI

Tabela Detalhamento execução orçamentária/financeira

PTRES	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA 0427				
022681		RECEBIDO	EMPENHADO	PAGO	SALDO RESTOS A PAGAR
D 1427227256	PESQUISA QUALIDADE DE VIDA				
33901400	DIARIAS NO PAIS	29.768,73	29.768,73	29.768,73	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	3.200,00	2.044,38	2.044,38	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			2.044,38	0,00
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00		0,00	0,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	0,00		0,00	0,00
	SUB-TOTAL	32.968,73	31.813,11	31.813,11	0,00
C 1427227240	SUPORTE OPERACIONAL - TERRITÓRIOS				
33901400	DIARIAS NO PAIS	8.030,44	3.030,44	3.030,44	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	500,00	500,00	37,51	462,49
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			37,51	462,49
	SUB-TOTAL	8.530,44	3.530,44	3.067,95	462,49
D 1427227240	SUPORTE OPERACIONAL - JURISDIÇÃO SR				
33901400	DIARIAS NO PAIS	213.024,92	209.377,54	209.377,54	0,00
33903000	MATERIAL DE CONSUMO	39.900,00	39.900,00	34.436,44	5.463,56
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS			26.236,44	5.463,56
33903039	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			8.200,00	0,00
33903096	MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO			0,00	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	29.700,00	29.226,34	29.226,34	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			1.526,34	0,00
33903303	LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE			27.700,00	0,00
33903900	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
33903919	MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS			0,00	5.000,00
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL			0,00	0,00
	SUB-TOTAL	287.624,92	283.503,88	273.040,32	10.463,56
D 1427227270	RESERVA TÉCNICA (EXCLUSIVO BSB)				
33901400	DIARIAS NO PAIS	3.296,25	3.292,66	3.292,66	0,00
33903300	DESPESAS COM DESLOCAMENTOS	4.800,00	4.701,36	4.701,36	0,00
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS			4.701,36	0,00
	SUB-TOTAL	8.096,25	7.994,02	7.994,02	0,00
	TOTAL DA AÇÃO	337.220,34	326.841,45	315.915,40	10.926,05

Fonte: SIAFI

A ação denominada Gestão e Administração do Programa - GAP visa o suporte para execução dos Programas, referentes a contratos e/ou despesas fixas de natureza administrativa/operacional (combustíveis, manutenção e locação de viaturas, publicações diversas) de interesse das áreas finalísticas, portanto imprescindíveis para a concretização das atividades. Além disso, é orientação da Direção Central, que as despesas com diárias e passagens dos Superintendentes Regionais e servidores destinadas a atender às convocações à Sede, deverão ser atendidas à conta da Ação a qual guarde pertinência com a matéria a ser tratada.

Os recursos para gestão foram utilizados para o acompanhamento e supervisão dos cinco contratos executados em 2010, bem como os trabalhos sobre as pesquisas in-loco sobre Qualidade

de vida dos assentamentos.

Observa-se ainda que a ação não sofreu impacto com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido em 2010.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.900.000,00	1604.535,90	1.594.434,74	99,37	1.493.253,91	93,06	1.490.946,73	92,92

Fonte: SIAFI

A Sede da Superintendência Regional do INCRA no Estado da Paraíba, é própria, possui 5.400 m² (cinco mil e quatrocentos metros quadrados) de área interna, e, 2.400 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados) de área externa, totalizando. O quadro de pessoal do INCRA na Paraíba totaliza 130 servidores.

Possui 34 (trinta e quatro) viaturas oficiais, porém 17 (dezesete) em processo de doação (veículos com no mínimo 11 anos de uso). Para diminuir esta deficiência, foram locados 12 veículos, totalizando 29 viaturas em uso. As despesas com combustíveis, locação, manutenção e demais insumos são arcadas pelas ações finalísticas. Com vistas a melhorar a eficiência da Superintendência Regional, encontra-se em andamento contrato para colocação de GPS em todos os veículos através de conexão via satélite, que possibilitará maior e melhor controle dos gastos, e por consequência a otimização dos recursos.

Em 2010 foi dada continuidade ao Projeto de Modernização Tecnológica, ação estruturante do ponto de vista da Gestão da Informação, iniciada em 2008, com vistas à reestruturação e modernização da Rede lógica Dados/Voz. A arquitetura passou a ter adequação a um objetivo básico de uma rede de computadores que garante que todos os recursos de informação sejam compartilhados rapidamente, com segurança e de forma confiável. A rede possui hoje meios de transmissão eficientes, regras básicas (protocolos) e mecanismos capazes de garantir o transporte das informações entre os seus elementos constituintes. Sua operacionalização provem da comunicação confiável entre os vários sistemas de informação, melhorando o fluxo e o acesso às informações, agilizando a tomada de decisões administrativas, facilitando a comunicação entre seus usuários. Este foi um projeto que teve a facilidade de uso e manutenção, tanto para os usuários da rede quanto para seus administradores, por possuir um conjunto básico de componentes e

ferramentas capazes de oferecer os serviços necessários com qualidade para seus usuários, mas também facilidades para viabilizar a adição de novos equipamentos e manutenção do sistema como um todo para os seus administradores.

Distribuição dos servidores por Divisão

UNIDADE DE LOTAÇÃO	QUANTITATIVO				TOTAL
	ÁREA-MEIO		ÁREA-FIM		
	NI*	NS**	NI*	NS**	
1.Gabinete	15	6	0	0	21
2.Divisão Administrativa	15	6	12	0	33
3.Divisão de Obtenção	0	0	6	13	19
4.Divisão de Desenvolvimento de PA´s	0	0	10	21	31
5.Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	0	0	9	13	22
6.Procuradoria Jurídica	2	2	0	0	4
TOTAL	32	14	37	47	130

Fonte: Siapenet

5 servidores da Divisão de Administração, 02 de NS e 3 NI, foram designados em 2010 como membros de Comissão de Sindicância e de Processos Administrativos Disciplinares em outra UG.

2.3.10 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Gerente do programa:

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero; Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios; Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Taxa de Cobertura Estadual e Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher.

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

¹⁰ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principal Ação do Programa

2.3.10.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, a fim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
						Mulher atend	0			

Fonte: Sistema de Informações Rurais-SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	377.989,26	374.266,67	99,01	344.826,90	91,25	344.826,90	91,25

Fonte: SIAFI

Iniciada em 2004, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, as atividades possibilitam a concessão de documentação civil e trabalhista para as mulheres do meio rural, como: assentadas da reforma agrária, quilombolas, agricultoras familiares, pescadoras, quebradoras de coco, marisqueiras, indígenas e outras. Os documentos principais emitidos são Carteira de Identidade (RG), CPF, Registro de Nascimento/Casamento e Carteira de Trabalho, documentos básicos que possibilitam o exercício da cidadania e melhoram o acesso às Políticas

Públicas, porém existem outras demandas que são atendidas, de acordo com a disponibilidade de Infra-estrutura das parcerias nos mutirões .

Principais resultados:

Em 2010 a Superintendência Regional desenvolveu a ação através de mutirões, com parcerias (sem transferência de recursos) entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, ONG's, movimentos sociais, Anoreg/Aspen, BNB, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, INSS, MMTR, CUNHÃ, FETAG, Defensoria Pública, SRTE, e o Instituto de Polícia Científica – IPC, alcançando a emissão de 51.495 documentos básicos, para homens e mulheres e outros tipos de atendimento, conforme Tabelas Detalhamento da Meta física, abaixo.

Tabela de Detalhamento da Meta Física

MUNICIPIOS		RN/CASAMENTO		CPF		RG		CTPS		TOTAL DOCUMENTAÇÃO		
		FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	TOTAL
TERRITÓRIOS	72	1483	1189	3330	962	5624	4755	3751	3182	14188	10088	24276
JURISDIÇÃO	47	1364	1059	4163	1033	6754	5645	3915	3286	16196	11023	27219
GERAL	119	2847	2248	7493	1995	12378	10400	7666	6468	30384	21111	51495

Fonte: SIR

Tabela de Detalhamento da Meta Física

OUTROS ATENDIMENTOS			TOTAL GERAL		
FEM	MASC	TOTAL	FEM	MASC	TOTAL
15894	11278	27172	30082	21366	51448
22252	15110	37362	38448	26133	64581
38146	26388	64534	68530	47499	116029

A ação não sofreu impacto negativo com insuficiência de recursos, mesmo com o contingenciamento ocorrido através do Decreto 7144/2010, observando apenas que, no início de 2010, em função do atraso nos tramites burocráticos para execução da Ação através de destaque, R\$ 36.697,42 foi suportado pela Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas, do Programa Paz no Campo, objeto de acordo entre as Diretorias, haja vista que as finalidades guardam similaridade.

Tabela Detalhamento execução orçamentária/financeira

1336 DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL					
1120 ASSISTENCIA SOCIAL, TÉCNICA E JURIDICA FAM ACAMPADAS					
		RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO RESTOS A PAGAR
339014	DIARIAS NO PAIS	250.035,36	250.035,36	250.035,36	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	37.280,00	33.547,67	30.153,75	3.393,92
339039	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	119.471,06	119.381,06	93.335,21	26.045,85
TOTAL		406.786,42	402.964,09	373.524,32	29.439,77

Fonte: SIAFI

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAIBA-SR(18)PB	49201	373047

Fonte: Siafi

2.4.1.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação interna	Recebidos	373047				
			49201200890181	9.473,14		
			49201201352272			11.340,68
			49201201372272			546.687,80
			49201201382272			55.094,56
			49201207502000	3.976,99		1.598.598,91
			49201211204304			8.016,00
			49201213502272			169.160,00
			4920121427227			337.220,34
			49201501382105			128.714,18
			49201701384426			29.402,65
			49201713361642			121.247,90
			49201801394572			69.101,32
			49201311204284			942,00
			4920131350837			60.000,00
			49201614274470			3.273.598,25
			49201101358374			69.711,53
			49201101358384			44.267,39
			49201101358387			315.570,27
			49201101372B06			338.323,05
			49201101374358			45.972,00
			49201101378396			4.642,00
			49201101378398			222.826,85
			49201111202109			168.421,16
			IR 8402999TC			377.989,26
			Total	13.450,13		7.996.848,10
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação interna	Recebidos	373047				
			49201201352272	414.367,73		
			49201207502000	1.960,00		
			49201101354460			4.935.884,41
			49201101370427			15.456.100,00
			49201101378396	93.626,09		
			49201113360859			410.502,36
			49201101374320	12.000,00		
			Total	521.953,82		20.802.486,77

Fonte: Siafi

2.4.1.3-Análise Crítica

A Ação de infra-estrutura sofreu impacto negativo em função da anulação e transferência, da totalidade dos recursos orçamentários, para atendimento emergencial às vítimas das enchentes nos estados de Pernambuco e Alagoas.

Quanto à ação de Concessão de Crédito, os recursos orçamentários foram incrementados substancialmente além do programado (em função de inúmeros fatores já descritos no respectivo item) porém os recursos financeiros não acompanharam a mesma proporção. O mesmo deu-se com relação à Obtenção de imóveis rurais, fatores que incrementara os recursos inscritos em restos a pagar, invariavelmente devem alterar o cronograma financeiro de 2011.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	258.861,68	24.394,37	205.140,52	24.394,37
Tomada de Preços	3.296.068,18	38.886,09	34.312,51	0,00
Concorrência	2.499.301,22	3.023.195,00	0,00	325.392,74
Pregão	2.000.746,44	2.511.151,24	1.558.578,35	1.847.354,39
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	244.930,68	396.330,98	209.171,64	338.559,89
Inexigibilidade	275.432,45	168.996,59	243.591,50	116.277,45
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	16.077,22	23.656,41	16.077,22	22.791,41
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	19.184,08	9.473,14	19.184,08	9.473,14
Diárias	971.391,38	1.479.313,29	971.391,38	1.479.313,29
Outros				
	15.991.577,02	21.895.607,51	13.495.274,78	8.276.529,83
Total	25.554.386,27	28.082.218,19	16.771.906,06	10.968.319,49

Fonte: Siafi

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	8.462.885,98	7.425.317,53	8.462.885,98	7.425.317,53	3.029.130,98	3.341.756,70	2.927.407,55	4.079.991,55
339039-Serviços Terceiro Pessoa Juridica	3.242.647,09	4.094.827,01	3.242.647,09	4.094.827,01	855.200,93	3.081.856,96	2.727.366,67	1.010.147,79
339014-Diarias	971.391,38	1.479.313,29	971.391,38	1.479.313,29	0,00	0,00	0,00	1.478.585,88
339037- Locação de Mão de Obra	981.080,30	953.873,44	981.080,30	953.873,44	0,00	0,00	41.952,39	953.853,83
Demais elementos do grupo	1.952.371,73	897.303,79	1.952.371,73	897.303,79	2.173.930,05	259.899,74	158.088,49	637.404,05

Fonte: Siafi

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	3.690.517,70	467.015,84	3.690.517,70	467.015,84	2.296.017,56	291.823,82	1.964.470, 49	175.192,02
449052-Equipamentos e Material Permanente	3.322.062,58	416.327,73	3.322.062,58	416.327,73	0,00	252.937,73	329.144,20	11.802,02
449051- Obras e Instalações	368.455,12	50.688,11	368.455,12	50.688,11	2.296.017,56	38.886,09	1.635.326,29	163.390,00
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras	13.400.982,59	20.189.884,82	13.400.982,59	20.189.884,82	55.700,00	13.493.768,31	1.223.981, 09	6.696.116,51
449066-Concessão de Empréstimo	12.669.900,00	14.843.500,00	12.669.900,00	14.843.500,00	55.700,00	10.854.300,00	1.059.400,00	3.989.200,00
449061- Aquisição de imóveis	731.082,59	5.346.384,82	731.082,59	5.346.384,82	0,00	2.639.468,31	164.581,09	2.706.916,51
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi

2.4.2.4. Análise Crítica

A Ação de infra-estrutura sofreu impacto negativo em função da anulação e transferência, da totalidade dos recursos orçamentários, para atendimento emergencial às vítimas das enchentes nos estados de Pernambuco e Alagoas.

Quanto à ação de Concessão de Crédito, os recursos orçamentários foram incrementados substancialmente além do programado (em função de inúmeros fatores já descritos no respectivo item) porém os recursos financeiros não acompanharam a mesma proporção. O mesmo deu-se com relação à Obtenção de imóveis rurais, fatores que incrementara os recursos inscritos em restos a pagar, invariavelmente devem alterar o cronograma financeiro de 2011.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	- Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. $\frac{\text{Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha)}}{\text{Conforme disponível em www.ibge.gov.br.}}$	80,90%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	- Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. - Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	15 x 100/17= 88,23 %
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido</u>	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0,00

	45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					<u>pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	• Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	
--	--	--	--	--	--	--	---	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	- Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. - Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	R\$ 610,32 p/ha
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	- Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	23 x 100/47= 48,93 %
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	94 x 100/248 = 37,90 %

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de acesso à água para consumo doméstico</u> o[7]	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente</u> [8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	$158 \times \frac{100}{477} = 33,12\%$
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra</u> [9], <u>dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	• Quantidade total de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR	$58 \times \frac{100}{281} = 20,64 \%$
							• Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR.	• Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	7477 x 100/477 = 1567%
---	--	-----------------------------------	-----------	---------------	-------------	--	--	--	--------------------------------------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	- Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; - Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	$\frac{757 \times 100}{477} = 158,70\%$
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	$\frac{171 \times 100}{13.799} = 1,23\%$

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade de	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	7477 x 100/13.799=54,18 %
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008. ou norma que substituí-la.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	– Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	213 x 100/13.799= 1,54%

Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Não se aplica a UJ
---	---	----------------------------------	-----------	---------------	---------	---	---	---------------------------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade de	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	Não se aplica a UJ

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	33
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	848
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	Não existe Convênio na situação a comprovar
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	- Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. - Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes).

3. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

3.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	8.763.356,93	49.766,00	6.115.859,13	2.597.731,80
2008	13.106.955,19	337.470,56	9.986.367,89	2.783.116,74
...				
Observações:				

Fonte: Siafi

3.2 Análise Crítica

Os montantes de recursos inscritos em “Restos a Pagar” referem-se as ações de Regularização Fundiária/Georreferenciamento de imóveis rurais, Obtenção de imóveis, Infra-estrutura, Serviços de Assistência Técnica e Concessão de Créditos.

As execuções de obras e instalações se estendem desde 2009 em função das paralisações ocasionadas por entraves de ordem ambiental, já comentada na respectiva ação. Os contratos dos serviços de ATES, que em função da própria modalidade somente é liquidada após fiscalização in-loco aos 145 Projetos de Assentamento, o que retarda os pagamentos, além com contingenciamento de recursos financeiros. Quanto às ações de Obtenção de imóveis rurais e Concessão de Créditos, foram causadas exclusivamente em função do contingenciamento. Por fim, os saldos das ações de Regularização Fundiária e Georreferenciamento refere-se a convenio em vigência, também comentadas nas devidas ações.

4. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

4.1 Composição do quadro de servidores ativos

4.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provisamento de cargo efetivo	0	122	4	16
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	121	0	16
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	115	0	15
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	6	0	1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	4	0
1.4.1 Cedidos	0	0	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	4	0
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	1	0	0
2 Provisamento de cargo em comissão	0	16	0	3
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	14	0	3
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	8	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	5	0	3
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	2	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	138	4	19

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação;

2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário;

3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

4.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	3	15	26	47	31	122
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	14	26	47	31	121
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	1	0	0	0	1
2. Provimento de cargo em comissão	1	6	2	6	1	16
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	6	2	5	1	14
2.3. Funções gratificadas	1	0	0	1	0	2
TOTAL GERAL	4	21	28	53	32	138

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

4.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	3	4	5	40	70	0	0	0	122
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	3	4	5	40	69	0	0	0	121
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	7	9	0	0	0	16
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	6	8	0	0	0	14
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
TOTAL	0	3	4	5	47	79	0	0	0	138

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	49	14
1.1 Voluntária	36	14
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	13	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	30	0
2.1 Voluntária	30	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL GERAL	79	14

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	15	0
2. Proporcional	21	4
TOTAL	36	4

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(Valores em R\$ 1,00)
Nível superior	7	7	5	4	0,00
· Área Fim	4	4	3	2	0,00
· Área Meio	3	3	2	2	0,00
Nível Médio	2	2	2	2	0,00
· Área Fim	1	1	1	1	0,00
· Área Meio	1	1	1	1	0,00
Total	9	9	7	6	44.048,67

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010.

OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior.

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇ ÕES	GRATIFICAÇ ÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇ ÕES	BENEF ASSIST/PR EV	DEMAIS DESP VARIÁV EIS	
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO								
2008	8.183.483,35		679.650,85	220.963,06	716.872,82	559.084,19	20,64	10.360.074,91
2009	8.083.898,75		744.661,70	251.390,60	1.178.514,13	495.156,61	3.410,43	10.757.032,22
2010	8.148.110,41		686.602,82	227.850,96	1.810.173,49	916.202,82	4.910,67	11.793.851,17
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)								
2008								0,00
2009								0,00
2010								0,00
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA								
2008					1.329,25			1.329,25
2009								0,00
2010								0,00
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR								
2008		379.982,96			63.071,65			443.054,61
2009		386.146,37			90.617,52			476.763,89
2010		346.571,58			115.734,35			462.305,93
SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS								
2008		9.663,60			7.697,83			17.361,43
2009		10.104,24			10.872,47			20.976,71
2010		10.525,25			20.113,32			30.638,57

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	114.519,71
2009	117.053,61
2010	202.622,65

1.4 CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

1.4.1 QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB													
UG/Gestão: 373047							CNPJ: 00375972/0022-95						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	0	CRT/PB/027/2009	02.322.136.0001/43	01/09/09	31/08/2011	9	9					P
2010	L	0	CRT/PB/01/2010	10.746.436.0001/88	04/01/10	03/01/2012	10	10					P
Observação:													

Fonte:

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendencia Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB													
UG/Gestão: 373047							CNPJ: 00375972/0022-95						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	CRT/PB027/2008	10.746.436.0001/88	09/05/08	10/5/2011			14	15			P
2006	3	O	CRT/PB/1290/2006	10.746.436.0001/88	19/5/2006	17/5/2011	4	4					P
2010	1	O	CRT/PB/010/2010	07.395.989.0001/29	15/3/2010	14/3/2011			3	3			P
2008	1	O	CRT/PB/03/2008	07.395.989.0001/29	1/2/2008	1/2/2012					3	3	P
2009	2	O	CRT/PB/19/2009	10.548.761/0001/36	17/6/2009	16/6/2011	1	1	1	1			P
							5	5	18	19	3	3	
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
CRT/PB/027/2009	8	9	Divisão de Administração
CRT/PB027/2008	1	15	Divisão de Administração
CRT/PB/010/2010	1	6	Divisão de Administração
CRT/PB/01/2010	7	10	Divisão de Administração
CRT/PB/1290/2006	3	4	Divisão de Administração
CRT/PB/19/2009	2	2	Divisão de Administração
		46	
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

5. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência

5.1 Transferências efetuadas no exercício

5.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA - SR (18)									
CNPJ: 00.375.972/0001-60						UG/GESTÃO: 373047/37201			
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	CRT/PB/38/2008 SIAFI 626813	INST. TERRAS E PLAN AGR ESTADO PARAÍBA - INTERPA	2.925.176,00	300.000,00	-	800.000,00	30/06/2008	31/07/2011	1
1	CRT/PB/00028/2008 SIAFI 629427	COOP ESCOLA DOS ALUNOS DA ESC AGROT FED DE SOUSA	550.000,00	55.000,00	59.777,17	371.388,03	04/08/2008	31/12/2010	1
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação Técnica					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI e Divisão de Ordenamento

5.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA - SR(18)						
CNPJ: 00.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373047/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	2	-	-	950.000,00	161.610,86	59.777,17
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação Técnica	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	2	-	-	950.000,00	161.610,86	59.777,17

Fonte: Siafi

5.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPEINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA - SR (18)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60					
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	2.925.176,00	800.000,00	2.125.176,00	27,35%
Contrato de Repasse		-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação Técnica	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	2.925.176,00	800.000,00	2.125.176,00	27,35%

Fonte: Siafi

5.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA - SR (18)					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373047/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	-
		Montante Repassado		371.388,03	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		1	-
		Montante Repassado (R\$)		757.267,81	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade		7	-
		Montante Repassado (R\$)		4.124.503,27	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-

Fonte: Siafi

5.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NA PARAÍBA - SR (18)						
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373047/37201			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados				Instrumentos	
					Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		1	-	
		Montante repassado (R\$)		371.388,03	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-	
			Quantidade Reprovada	-	-	
			Quantidade de TCE	-	-	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-	
			Montante repassado (R\$)	-	-	
2009	Quantidade de contas prestadas				1	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		1	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante repassado (R\$)		-	-	
2008	Quantidade de contas prestadas				9	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		2	-	
		Quantidade Reprovada		7	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante repassado		-	-	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante repassado		-	-	

Fonte: Siafi

5.1.6 Análise Crítica

1) Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere;

No presente exercício houve a transferência do valor de R\$ 59.777,17 (cinquenta e nove mil setecentos e setenta e sete reais e dezessete centavos), referente a uma última parcela de convênio em vigência relativa as ações do PRONERA, executado orçamentariamente por esta SR:

2) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

As medidas adotadas por esta Regional, já foram implementadas há mais de três anos, substituindo a modalidade de convênio por contratação de serviços, via licitação e assim tem evitado inúmeros problemas com a execução por meio de convênios.

3) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;

Para 2011, há previsão de repasse de recursos para continuidade do Convenio com o Estado, no valor de R\$ 2.125.176,00 (dois milhões cento e vinte e cinco mil cento e setenta e seis reais) em vigência e em situação regular.

4) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares bem como quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados;

Existem 09 (nove) prestações de contas nas seguintes situações: 01 (uma) com parcelamento já contratado e o pagamento das parcelas atualizadas; 07 (sete) com pedido de parcelamento em análise; e 01 (uma) com a Comissão OS/INCRA/DA/01/08

6) Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Caso existam novas transferências de recursos por meio de convênios, os técnicos estão aptos ao Acompanhamento e Fiscalização “in loco” da execução dos planos de trabalhos contratados.

6. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA – SR18(PB)

DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

João Pessoa, 01 de março de 2011

7. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Os agentes responsáveis e seus substitutos, integrantes do Rol de responsáveis que atuaram em 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2010, que tratam das constas, estão em dia com as exigências de apresentação da Declaração de Bens e Rendias, na forma da Lei 8.730 de 10/11/1993.

8. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

8.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		x			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			

8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		

5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Entre 2009 e 2010, houve decréscimo de aproximadamente 5,65% nas despesas com consumo de água e de aproximadamente 0,70% de energia elétrica, mesmo com a criação de novas estações de trabalho (consequentemente, implantados equipamentos de informática e condicionamento de ar). Além disso, em 2010 foram adquiridos e implantados aparelhos de ar condicionado no modelo Splet (que consomem menos energia) em substituição aos antigos (de janelas).				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A Superintendência Regional vem adquirindo recarga de cartuchos com toner para impressora considerando que dessa forma impede-se o acúmulo de mais carcasas a serem decompostas no meio ambiente, além de o custo ser menor (aquisição através de dispensa).				X	
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Desde 2009, em atenção ao Decreto nº. 5.940, em 25 de outubro de 2006 (que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, segundo os princípios da agenda ambiental da administração pública/A3P, foi criada uma Comissão de Meio Ambiente composta por cinco membros de diversos setores da SR que dentre outras atividades, providenciou palestras e impressão de papel com dicas para a redução do consumo de energia, que foram afixadas atrás das portas dos ambientes de trabalho.				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? O maior volume de resíduos sólidos produzidos na SR é de papel – são gerados				X	

aproximadamente 30 kg de recicláveis a cada 15 dias, o que se configura na necessidade de coleta quinzenal por cooperativa de catadores cadastrada pela Emlur. Para minimizar os custos com a implantação da coleta seletiva, foram utilizadas caixas de papelão obtidas através de doação para o acondicionamento temporário do papel. Periodicamente, o lixo separado para reciclagem é recolhido a um depósito coberto na SR. Também, através da campanha Recincra, que está sendo promovida pelo Incra Sede, foi estimulada a diminuição no uso de copos de plástico através da adoção de canecas pessoais.					
<i>Considerações Gerais:</i> Os quesitos foram respondidos por membros do Comitê de Decisão Regional composto pelo Superintendente Regional e Chefes das Divisões de Administração, Obtenção, Desenvolvimento e Ordenamento.					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

10.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

10.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Paraíba	1	1
	João Pessoa	1	1

Fonte: Setor de Patrimônio

10.1.2- Discriminação dos bens imóveis de propriedade da
união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373047	2051.000133.500-1	21	4	161.289,29	02/08/2000	3.377.970,88	77.158,55	0,00
Total							77.158,55	0,00

Fonte: Setor patrimonial

10.1.3 Análise crítica:

O montante de R\$ 77.158,55, informado no item 1.1.12, refere-se a despesas variáveis com aquisição de material para conservação de bens imóveis, material elétrico/eletrônico e despesa fixa contratual para manutenção e conservação de bens imóveis. Com relação ao executado em 2009, percebe-se decréscimo em torno de 18%, ocasionado por ações preventivas como reforma das instalações elétricas e revisão de contrato. As atividades com manutenção do imóvel transcorreram dentro da normalidade, com exceção do período denominado abril vermelho, de amplo conhecimento da sociedade, em que ocorrem as ocupações da maioria das Superintendências Regionais pelos movimentos sociais, as quais duram aproximadamente 1 (uma) semana, mas que não representa impacto significativo nas despesas.

11. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

11.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: A Superintendência Regional vem buscando melhorar os termos de referência com vistas a obtenção de melhorias na eficiência dos serviços juntamente com redução de custos.					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

12. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Foram executadas despesas através de cartões de pagamento do governo federal na ordem de R\$ 22.791,41, utilizados basicamente para atender as ações dos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

13. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

13.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	023.279/2010-9	4.171/2010		AUDIÊNCIA	OF/1037/TCU/SECEX-PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB					4140
Descrição da Deliberação:					
Determinar AUDIÊNCIA para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar razões de justificativa para o não cumprimento da determinação constante do item 1.5.1.1/2009 - do 2ª Camara					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					
Síntese da providência adotada:					
1.Solicitado através do OF/INCRA/SR-18/G/Nº 1.006/2010 à Secretaria de Administração do Governo do Estado da Paraíba, o recolhimento do valor de R\$ 23.611,31 via GRU-Guia de Recolhimento da União – relativo a diferença apurada conforme a determinação constante do item 1.5.1.1 do Acórdão 3.111/2009-2ª Câmara.					
2. Comunicado ao TCU/PB sobre a providência acima adotada através do OF/INCRA/SR-18/G/Nº 1.005, de 03/09/2010					
Síntese dos resultados obtidos					
A Secretaria de Administração do Governo do Estado da Paraíba, através do OF/Nº 999/2010/GS/SAD, de 28/09/2010, comunicou ao INCRA/SR-18/PB, que a Secretaria de Estado das Finanças estaria realizando os levantamentos necessários para comprovação dos pagamentos, que seriam encaminhados posteriormente a este Instituto. Até o final do exercício não houve recolhimento da GRU.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
--

A divergência entre os cálculos e os valores apurados pela CGU, INCRA e o Governo do Estado da Paraíba, tem ocasionado o atraso na solução do problema.

14. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Através da Resolução/INCRA/CD/ 15, de 03 de agosto de 2009 e a IN/55, que estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA, deu-se continuidade, sob coordenação da Diretoria de Gestão Estratégica, a implementação do Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Monitoramento e Avaliação. A obtenção, tratamento e análise mensal dos dados, contribuíram de forma cabal para melhoria de padronização dos conceitos e procedimentos, qualificando substancialmente as informações. O módulo viabiliza o confronto entre as ações programadas para execução, Sistema de Informações Rurais-SIR, módulo Planejamento (já implantado) e o efetivamente executado. A partir desses fatores e a democratização da ferramenta, possibilitou aos gestores mais atentos, acesso as informações gerenciais que permitiu tomada de decisões com maior celeridade e segurança.

Outro assunto relevante que a Superintendência Regional destaca, e que não raramente persiste negativamente na mídia é sobre o custo administrativo da máquina.

No caso específico da Superintendência Regional da Paraíba, no exercício de 2010, somadas todas as despesas de natureza administrativas e de suporte operacional para as ações finalísticas, executou o valor de R\$ 3.690.623,32, aproximadamente 13% do total dos recursos empenhados, de R\$ 28.082.218,19. Deste percentual, observa-se que R\$ 1.959.067,38, algo em torno de 7,00% estão relacionadas com despesas advindas de deslocamento (diárias, passagens/locações/combustível, manutenção de viaturas), percentual bastante razoável, considerando que sem estas despesas relacionadas as atividades de campo, não seria possível a concretização das metas físicas sob responsabilidade desta Instituição.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

15. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Regional do INCRA na Paraíba SR(18)PB		373047	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	João Pessoa, PB	Data	20/3/2010
Contador	Jorge Luiz de Sousa Lima	CRC nº	MA 2820

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão –
Superintendências Regionais do INCRA

16. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

No Estado da Paraíba não existem imóveis acima de 10.000,0000 ha matriculados no SNCR.

17 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A efetividade da administração pública é um processo lento e exige mais do que qualquer outro fator, o compromisso coletivo. No processo de reforma agrária e ordenamento fundiário, as conjunturas políticas administrativas interferem diretamente nos resultados, vez que são necessárias ações conjuntas e multisetoriais. Somam-se a esses fatores, a necessidade de dispor os recursos orçamentários e financeiros suficientes e em tempo hábil para execução.

Após análise e compreensão dos programas e ações, identificou-se as principais situações e procedimentos a serem administrados em 2011 pelos gestores da Superintendência Regional do Incra no Estado da Paraíba, com ênfase e cuidados redobrados no planejamento, organização e monitoramento de suas tarefas, no sentido de:

- 1) Priorizar o assentamento de famílias em vagas de projetos de assentamento, desonerando a ação de obtenção (pagamento de títulos e benfeitorias);
- 2) Intensificar a ação de supervisão de parcelas com vistas a retomada e substituição de famílias;
- 3) Diminuir o passivo referente às condicionantes determinadas pelo órgão ambiental com relação as Licenças Prévias e de Instalação nos projetos de assentamento;
- 4) Solicitar protocolo de Licença de Instalação Operação-LIO para 10 projetos de assentamento;
- 5) Estender o contrato de Assistência Técnica, social, ambiental-ATES a todos os projetos de assentamento através da modalidade denominada Chamada pública, contemplando o disposto na Lei de ATER;
- 6) Identificar e diminuir os passivos de infra-estrutura e de serviços nos projetos de assentamento criados a mais de 10 anos com vistas à sua consolidação e titulação definitiva das famílias;
- 7) Priorizar a elaboração do Termo de Referencia com vistas a licitação de Projeto Básico para implantação de infra-estrutura nas Várzeas de Sousa;
- 8) Intensificar articulação com o Governo do Estado para continuidade da execução do convênio que visa a regularização e georreferenciamento da malha fundiária do Município de Monteiro;

- 9) Iniciar procedimentos administrativos com vistas à aplicação da IN/64/10, que trata sobre cobrança dos créditos de instalação concedidos as famílias assentadas;
- 10) Reacomodar/capacitar os recursos humanos em vista das aposentadorias ocorridas em 2010;
- 11) Diminuir o passivo existente referentes às despesas inscritas em Restos a Pagar;